

ANO 2 NÚMERO 3
DEZEMBRO DE 1981

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

apah

ISSN 0100-6932



Editor: — **Sergio Odilon Nadalin**

Conselho Editorial: — Sergio Odilon Nadalin (Presidente), Anamaria Bonin, Ana Maria de O. Burmester, Aymara F. Ribas, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Cesar Ramos, Cláudio Fajardo, Jayme Antonio Cardoso, Judite Maria Barbosa Trindade, Rabah Benakouche, Roseli Maria Rocha dos Santos, Regina Rotemberg Gouveia.

Publicação semestral da Associação Paranaense de História —
APAH

Travessa José do Patrocínio, 96
Caixa Postal, 1.538
80.000 Curitiba PR - Brasil
ISSN 0100-6932

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Revisão: — **Denise Bottmann**

Programação visual: — **Key Imaguire Jr.**

CAPA:

Curitiba, Paraná. Avenida João Pessoa (atual Luiz Xavier). Desfile trabalhista e sindical em 1.º de maio de 1939. Foto de Domingos Foggiatto. Acervo histórico Cid Destefani.

Impressão: Gráfica Dois Xis Ltda.
Telefone: (041) 242-6071
Rua Itajubá, 618
Curitiba, PR.

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA — APAH

CURITIBA

—

DEZEMBRO 1981

S U M Á R I O

Ana Maria de Oliveira Burmester — Apresentação 101

TEORIA DA HISTÓRIA

Brasil Pinheiro Machado — O estudo da história regional (uma nota prévia) 103

Jacques Dupâquier — A contribuição da demografia à história 109

DEBATES

Paulo de Tarso Barreto de Faria — Considerações sobre o movimento renovador sindical 125

PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES

Beatriz Teixeira de Mello Miranda — Fontes para um estudo demográfico 143

Marionilde Dias Brepohl — Contribuição ao estudo da imigração alemã no Paraná: acerca do Pastor Friedrich Wilhelm Brepohl 151

NOTAS DE LEITURA

..... 157

NOTÍCIAS DA APAH

..... 171

ISSN 0100.6932

História: Questões & Debates Curitiba a.2 n.3 p. 101-174 dez 1981

A P R E S E N T A Ç Ã O

Na apresentação do primeiro volume da revista **História: questões e debates**, a Comissão Editorial colocava a editoração desta revista como um projeto ambicioso, e um desafio. No terceiro número, este desafio foi vencido? As revistas ligadas a Associações têm geralmente vida curta, e por isto o desafio se repete, a cada novo número. Estamos vencendo o desafio paulatinamente, e chegamos mais fortes nesta etapa.

As linhas mestras que nortearam os dois primeiros números continuam a criar efetivamente a colocação de questões, a provocação de debates. Não são provocações gratuitas. A colaboração de estudiosos não necessariamente ligados a APAH, alguns vindos de outras áreas das Ciências Sociais, representa antes de tudo a abertura que sempre quisemos manter na Revista. E a abertura é condição mais que nunca necessária para provocar Questões e Debates.

Este número apresenta os artigos nas seções já tradicionais, apesar da Revista ser recente: questões sobre Teoria da História, projetos de pesquisa em desenvolvimento, artigos que, esperamos, provocarão debates, como "O Estudo da História Regional", de Brasil Pinheiro Machado; e "Considerações sobre o movimento renovador sindical", de Paulo de Tarso Barreto de Faria.

E temos uma novidade: notas de leitura, que resenham livros recentes, obras clássicas e aquelas que já nasceram clássicas como é o caso, em especial, de tese de Pedro Calil Padis. Também obras de grande importância, na Historiografia brasileira de hoje. É o caso de "O silêncio dos vencidos", de Edgard S. De Decca.

Professores ligados ao Ensino de 2.º Grau iniciam também neste número sua colaboração, e esperamos que este fato se torne um hábito.

Assim, atingiremos um dos objetivos maiores da APAH, qual seja o diálogo e a colaboração de todos os interessados na História.

Uma apresentação deve, antes de tudo, provocar o interesse na leitura. Gostaríamos de acrescentar: deve dizer de nossa satisfação em atingir objetivos, principalmente um dos mais caros à APAH: provocar questões e debates.

Ana Maria de Oliveira Burmester

TEORIA DA HISTÓRIA

O ESTUDO DA HISTÓRIA REGIONAL

(Uma nota prévia)

BRASIL PINHEIRO MACHADO

Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Paraná e Professor dos Cursos de Pós-graduação em História do Brasil da UFPr.

RESUMO

Desde os primeiros tempos, o povoamento do território brasileiro é realizado por meio de movimentos de expansão da população a partir de um núcleo organizado. Cada um desses movimentos termina pela organização, em território contíguo ao do núcleo inicial, de agrupamentos regionais com individualidade social e econômica própria, desenvolvendo basicamente um sistema de vida comunitária. Essas formações sociais, diferenciadas entre si pelas condições regionais, são a base da história regional brasileira em contraposição à história nacional.

Nesta nota prévia a um projeto de pesquisa, procura-se investigar um método para a reconstrução histórica das estruturas sociais e econômicas daquelas formações regionais, como formações econômicas pré-capitalistas e tradicionalistas. Procura-se, finalmente, detetar o surgimento das condições históricas pelas quais o tradicionalismo é superado.

1 — Estas notas têm suas raízes num problema colocado pelos primeiros historiadores do Brasil: a questão entre a história regional brasileira e a história nacional brasileira. A primeira se apresentava ao investigador como uma história ao nível dos agrupamentos regionais que se formaram nos movimentos de expansão, a partir de núcleos históricos bem caracterizados. Esses agrupamentos, em todo o território ocupado durante mais de quatro séculos de expansão populacional e de migrações internas, constituíram formações sociais históricas, com vida própria dentro de certos limites e adquiriram individualidade histórica. No quadro geral da história brasileira e da população do Brasil, esses agrupamentos, pela forma como se organizaram e como se interrelacionaram, dentro de um território — primeiro, delimitado, e logo em seguida em expansão para as áreas contíguas —, representam o primeiro nível da realidade social e a base da solidariedade nacional. São formações “naturais” se compararmos com a história nacional, que decorre principalmente da atuação dos governos, desde a Independência, sob a inspiração do então novo conceito de **Nação**, nos programas de formação de uma unidade nacional.

2 — Estas se apóiam, também, no problema de uma definição de **região histórica** e, conseqüentemente, de **história regional** brasileira.

Se estudássemos o processo de povoamento do território brasileiro, sob o critério da expansão populacional a partir de um dos núcleos iniciais, iríamos encontrar, de modo geral e com alguns aspectos diferenciais, o mesmo fenômeno: cada movimento de expansão vai terminar numa formação social regional ou agrupamento regional, ocupando um determinado território e se expandindo dentro dele. As organizações sociais, políticas e econômicas que esses agrupamentos regionais constituíram, é que estamos denominando de **comunidades históricas**. Sua origem e desenvolvimento é anterior ao aparecimento da Nação. Mesmo a criação da Nação e sua imposição são feitas por pressão política sobre as formações regionais.

3 — Mais especificamente, porém, estas notas mais ou menos fragmentárias visam à tomada de consciência do problema da organização interna das **comunidades históricas brasileiras**, no seu nível original de formação comunitária.

Para penetrar nesse campo da realidade social, estas notas estão referenciadas à história da formação e desenvolvimento de uma comunidade concreta, situada e datada: a formação histórica do que já se chama de o Paraná tradicional.

Isso porque, desde a ciência social empírica de algumas décadas atrás, afirmava-se que, para se captar o significado e a natureza da formação comunitária numa sociedade, era preciso sempre a referência às comunidades concretas, mas a sua principal característica era a de ser um grupo-localidade.

4 — Morfologicamente, as comunidades históricas brasileiras são compostas, horizontalmente, de grupos sociais e, verticalmente, de camadas sociais.

Pois bem, as relações sociais que caracterizam a comunidade constituem uma camada quase "arqueológica", socialmente falando.

Com isso quer-se dizer que uma sociedade concreta, qualquer que seja, sempre está apoiada num sistema de relações tradicionais, sobre o qual se desenvolvem sistemas de relações "racionalis".

Mas, além de ser uma camada ao nível dos alicerces de um sistema social, as relações comunitárias também podem ser etapa de desenvolvimento social de uma sociedade concreta.

As ciências sociais têm enfrentado a história do desenvolvimento das formações sociais, construindo caminhos para a criação de objetos de análise social, e entre esses há uma vasta literatura sobre tipos sociais, armados como **tipos polares**, ligados entre si pela continuidade histórica. Entre outros, importa citar: o de Maine, sociedade estatutária-sociedade contratual; o de Tönnies: **Gemeinschaft** (co-

munidade) — **Gesellschaft** (sociedade); o de Howard-Becker: sociedade sacra-sociedade secular. Esses tipos são **tipos puros**, tipos construídos pela simplificação da complexidade da realidade social. Para o historiador, porém, interessado no levantamento do **tipo real**, os tipos puros construídos podem ser usados como “modelos”, para ordenar a pesquisa na reconstrução do **tipo real-histórico**.

5 — Esta “nota prévia” tem também o propósito de discutir uma metodologia para o estudo da história econômica das comunidades históricas.

Para isso, tem-se como ponto de partida que essas comunidades históricas brasileiras têm a mesma origem e formação, como processo, das sociedades locais tradicionais do Ocidente, isto é, são sociedades que mantêm por muito tempo uma atitude tradicionalista.

Depois, partir do pressuposto de que essas sociedades locais, as comunidades históricas, não são sociedades capitalistas e que, portanto, na sua reconstrução histórica não se podem usar as categorias da *Ciência Econômica que foram forçadas para a análise do sistema capitalista*. São sociedades pré-capitalistas. Para seu estudo, reconstrução histórica e análise, devemos usar categorias de seu próprio sistema.

6 — Como se está tratando, nestas notas, de ordenar o trabalho da pesquisa empírica, e não teórica, para a reconstrução de um sistema econômico concreto de uma sociedade concreta, o primeiro passo poderia ser a investigação do que era constituída a **riqueza** dessa sociedade. Não a concepção que ela tinha de riqueza, mas os itens que a compunham, os bens que a formavam. Deve-se entender por riqueza como o pensamento econômico a entende tradicionalmente, isto é, um conjunto de bens materiais que sejam economicamente significativos, e sobre o qual a vida material se apóia, numa determinada sociedade concreta.

O problema que se colocaria em seguida seria o de investigar o modo pelo qual a sociedade adquiria aquela riqueza e como a administrava. Isso poderia nos fornecer os aspectos da estrutura da vida econômica, e nos levaria à noção de **gestão econômica**.

Max Weber, investigando as “categorias fundamentais da vida econômica” na história, construiu dois tipos de gestão econômica, como diferenciadores de formas sociais da economia. Na sua conceituação, uma gestão econômica é o exercício da disposição dos bens econômicos, ou seja, o próprio modo pelo qual o possuidor da riqueza a administrava.

O primeiro tipo de gestão econômica, com referência histórica, é o tipo racional. Esse tipo de gestão econômica desenvolve-se

com referência a um fim racional, ou seja, com referência a um plano, que possibilita uma "exploração econômica" com atividade permanentemente e organizada, com aplicação racional dos meios para alcançar os fins procurados, isto é, o lucro. Esse é o tipo da economia moderna do capitalismo e sua unidade organizacional é a empresa.

Mas antes do aparecimento da racionalidade capitalista, o tipo de gestão econômica das sociedades ocidentais era o tipo tradicional. Assim foi num determinado tipo de sociedade ocidental, imediatamente anterior ao surgimento do capitalismo. "O desenvolvimento da economia especificamente moderna, racional, capitalista, só foi possível pela superação daquela atitude tradicionalista que predominava no Ocidente", diz Weber ¹.

A gestão econômica racional visa à acumulação da riqueza transformada em capital.

A gestão econômica tradicional visava a uma economia, não de produção, mas de consumo e de consumo de acordo com a tradição de cada grupo. A unidade econômica dessa economia consuntiva não era a "empresa" organizada racionalmente, que é, afinal, o instrumento fundamental do sistema capitalista.

No tipo de sociedades tradicionais e pré-capitalistas de que se está tratando, o conjunto de bens econômicos administrativos para fins de consumo e não de acumulação recebia a denominação de fazenda. Max Weber define assim: "Chama-se fazenda o emprego e obtenção continuada de bens, com o fim de abastecimento próprio ou para conseguir outros bens também para a sua utilização própria".

Está descrito nessa definição o tipo de gestão econômica tradicional das sociedades pré-capitalistas ocidentais, caracterizando uma economia concreta consuntiva *.

Normalmente, pois, toda atividade econômica desenvolvida naquelas sociedades pré-capitalistas ocidentais visava à gestão de um conjunto de bens para consumo, isto é, a azienda. A azienda é, então, uma gestão de um conjunto de bens possuídos por um indivíduo, por uma família, por um grupo, por uma casa de comércio (azienda mercantil) etc. Esse conjunto de bens, materiais e não-materiais, sobre o qual se exerce a gestão econômica, tem o nome de patrimônio. Assim o define Weber, ao tipificar na história ocidental o tipo de gestão tradicional: chama-se patrimônio "a soma total estimada,

1 WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1944. v. 1. Todas as citações de Max Weber nesta nota prévia estão no capítulo "Las categorías sociológicas fundamentales de la vida económica", p. 46-169.

* Na tradição do direito brasileiro e na linguagem da ciência contabilística do Brasil, dadas as múltiplas acepções da palavra "fazenda", esta palavra quando designa a forma de gestão econômica se chama azienda, por influência do direito italiano.

dentro do poder de disposição de uma fazenda, dos bens empregados por esta normalmente, para sua utilização imediata e constante ou para conseguir renda”.

7 — A tarefa do pesquisador, pois, para reconstruir a estrutura e o funcionamento de uma economia concreta dessas sociedades pré-capitalistas, também concretamente tomadas, parece ser a do estudo dos patrimônios, isto é, o conjunto de bens materiais e não-materiais, de cuja administração vivem os indivíduos e os grupos.

Na totalidade dos indivíduos e dos grupos da sociedade em questão, os patrimônios são forçosamente diversificados, porque, eles estão sempre referidos à tradicional forma de vida de cada grupo social, pois que esses grupos, em última análise, estão organizados sobre a base das ocupações.

Cada uma dessas ocupações tem a sua específica forma de desempenho. Devem ter, também, sua vida econômica apoiada num específico tipo de patrimônio, tipos que revelam as formas diferenciais de atuação econômica na vida social da comunidade e de níveis de status sociais.

A análise dos tipos de patrimônio e de sua administração conduzirá à reconstrução da estrutura econômica da comunidade. Que espécies de bens predominam na composição de um desses tipos; de que modo se formaram esses patrimônios; que modo de atividade institucionalizada, ou de trabalho, é desenvolvido, e por quê, para a conservação, o aumento e a fruição dos patrimônios; que tipos de ações econômicas e financeiras predominantes, ou institucionalizadas, são exercidos na administração dos patrimônios; que formas de relações de trabalho se criaram; todos esses problemas (e outros mais) são colocados ao pesquisador para a sistematização do modo de organização e de funcionamento da economia concreta de uma comunidade histórica brasileira.

8 — Na comunidade que nos está servindo de referencial histórico, poderíamos destacar duas formações sócio-econômicas que, com o passar do tempo, vão entrando em conflito, numa luta pela hegemonia da sociedade: os donos da terra (os “latifundiários”) e os comerciantes.

Os latifundiários percorrem a linha mais legítima da tradição da comunidade; os comerciantes representam a possibilidade de progresso e de superação da atitude tradicional.

Na segunda metade do século XIX brasileiro, o comércio internacional se expande pelas regiões do interior do Brasil, impulsionado por firmas de comércio de importação, sediadas nas cidades portuárias, principalmente no Rio de Janeiro. Esses importadores

construíram uma rede de distribuição de mercadorias importadas (e depois de toda espécie de mercadorias) que atingia todo o país. Essa rede era organizada com a participação das casas comerciais locais, que recebiam a mercadoria importada em consignação, e eram financiadas pelas firmas importadoras. Por sua vez, essas casas comerciais locais organizavam a sua própria rede de distribuição, com os caixeiros-viajantes, os "cometas", que atingiam com suas vendas todo o interior da comunidade.

Parece ser esse o momento em que a azienda mercantil começa a se transformar em capital e em empresa.

Torna-se necessário, para captar o processo da passagem da azienda para a empresa, o estudo da azienda mercantil no âmbito da comunidade, e de sua evolução interna.

É neste momento que se pode focalizar o empresário, que é o motor das mudanças. Deve-se investigar como se formaram os empresários; como atuaram na transformação da azienda mercantil em empresa, quando as estruturas capitalistas começavam a avançar na organização econômica da comunidade, tudo isso acompanhado das mudanças nas formas das relações de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1944. v. 1.

A CONTRIBUIÇÃO DA DEMOGRAFIA À HISTÓRIA *

JACQUES DUPAQUIER

Professor da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales e Diretor do Laboratoire de Démographie Historique, de Paris.

RESUMO

A demografia histórica constituiu-se na França durante os anos cinquenta, após progressos decisivos realizados paralelamente, de um lado por historiadores que passaram a se preocupar com o fator demográfico em questões de ordem econômica e social, e, de outro, por demógrafos que passaram a se preocupar com a perspectiva histórica para explicação de questões demográficas.

A originalidade da demografia histórica consiste no fato de que ela deve produzir suas próprias estatísticas a partir de fontes que não foram constituídas sob uma ótica científica, mas com o objetivo de controle da população por autoridades religiosas, militares, fiscais, etc. A base dos trabalhos é a reconstituição de famílias, o que levou Louis Henry a introduzir o estudo longitudinal na demografia.

Os resultados obtidos com os extraordinários progressos da demografia histórica, permitiram introduzir dados novos e renovar a história das populações, a história social, a história dos costumes, revigorar a antiga história das mentalidades, fornecendo bases sólidas ao que hoje se chama a "Nova História", aquela que se interessa pelos costumes, pela vida sexual, pela família.

Muitos historiadores têm um santo horror aos números, e têm a tendência de considerar os especialistas em demografia histórica como traidores, como tráfugas que teriam renunciado à sua vocação de origem para tornar-se demógrafos. Da mesma forma, por muito tempo, os historiadores economistas foram considerados com desconfiança.

Meu propósito aqui não é o de defender a causa da demografia, mas apenas o de mostrar que a demografia histórica é algo bem diferente do que a aplicação de técnicas da demografia contemporânea à história, e sobretudo de demonstrar que "o historiador, finalmente, somente compreenderá o porquê e o como do passado, incorporando a demografia".

A demografia histórica se caracteriza não apenas porque ela se interessa pelas populações do passado, mas sobretudo pelo fato de que ela deve elaborar seus próprios dados, tirando partido de fontes que não foram constituídas sob uma ótica científica, mas com um objetivo de controle da população pelas autoridades religiosas, militares, políticas ou fiscais: registros de batismos, casamentos e sepultamentos, róis de impostos, listas nominativas de habitantes, listas eleitorais etc.

* Conferência proferida no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, em 21 de novembro de 1979. Tradução de Jayme Antonio Cardoso e Márcia Carta Cardoso.

Impossibilitada que se encontra de copiar os métodos da demografia contemporânea (que dispõe de estatísticas já elaboradas), a demografia histórica deve produzir suas próprias estatísticas, ao preço de um trabalho enorme de coleta, de tratamento e de crítica dos dados.

Porém, tais estatísticas não são da mesma natureza que aquelas hoje produzidas pelas instituições oficiais de estatísticas. Nem sempre a demografia histórica pode fornecer índices simples, aos quais os jornais e o grande público se habituaram, como, por exemplo, o efetivo da população, a taxa de natalidade ou de mortalidade etc. Em compensação, ela pode dar muitos outros índices mais úteis ao historiador da sociedade, muito mais adaptados às exigências da ciência contemporânea, porém, infelizmente, apenas concernentes ainda a populações limitadas.

Esses índices são tão interessantes que mesmo os métodos da demografia contemporânea foram modificados: ela se torna cada vez menos estática e cada vez mais dinâmica; ao invés de se contentar com essas fotografias periódicas que são os recenseamentos, ela se interessa cada vez mais pelo comportamento de gerações.

Assim, os historiadores demógrafos aceitaram vitoriosamente o que Arnold Toynbee teria chamado o "desafio das fontes", e exploraram novas vias de abordagem, do que se aproveitou o conjunto da ciência.

Concretamente, como as coisas se passaram?

Há uma centena de anos, pelo menos, instalados nas instituições de estatísticas, os demógrafos deixaram de se interessar pelas populações do passado. Para eles o passado estava morto, e conhecê-lo teria por única utilidade satisfazer a curiosidade; concebiam sua função como de informação dos poderes públicos pela produção de dados estatísticos.

Do seu lado, os historiadores, em particular os historiadores alemães, esforçavam-se em escrever uma história da população, mas contentando-se em utilizar os métodos clássicos da crítica histórica ou, a rigor, os da demografia contemporânea. O primeiro desses historiadores foi Konrad Hegel com o estudo crítico do recenseamento da cidade de Nuremberg de 1449, estudo esse publicado em 1864. É preciso lembrar o grande trabalho de Julius Beloch sobre a população da Itália publicado a partir de 1888, e sobretudo o extraordinário feito de Roller sobre a cidadezinha de Durlach, publicado em 1907. Roller foi o primeiro a constituir um fichário nominativo por meio do registro civil e de outras fontes, mas não chegou a inventar os métodos originais de tratamento dos dados, sem os quais não existe demografia histórica propriamente dita.

Não me deterei quanto aos progressos que foram realizados ao mesmo tempo nos Países-Baixos, na Bélgica e na Grã-Bretanha.

Entre as duas guerras mundiais, os alemães estiveram bem perto de inventar a demografia histórica. Em 1928, o estatístico Walter Scheidt ultimou um programa de constituição de quadros genealógicos baseados no levantamento dos registros paroquiais. Reconstituiu-se o conjunto das famílias em numerosas localidades alemãs, e foram publicadas várias monografias comunais. Porém, a guerra interrompeu esses trabalhos, e em 1945, os alemães se afastaram, ao mesmo tempo, do racismo, da eugenia, da genealogia e da demografia, que foi arrastada nesse infausto destino.

Finalmente, foi na França que a demografia histórica se constituiu nos anos 50, quando os demógrafos começaram a se interessar pela história e os historiadores pela demografia. O homem que abriu as primeiras perspectivas foi Alfred Sauvy, que fundou, em 1946, a revista **Population**, e aí acolheu, pela primeira vez, historiadores.

De início, os progressos decisivos foram realizados paralelamente por historiadores lançados numa pista falsa, a das crises de subsistência, e por demógrafos lançados numa outra pista falsa, a da fecundidade natural. Perseguindo objetivos impossíveis nessas duas pistas falsas, eles acabaram por se encontrar e por constituir a ciência da qual eu vos falo hoje.

Entre os historiadores, foi um historiador dos preços, Jean Meuvret, que estudando as grandes carestias na região do Loire à época do reino de Luís XIV descobriu que, frequentemente, quando havia uma alta dos preços dos cereais havia ao mesmo tempo uma mortalidade muito forte.

Esta teoria das crises de subsistência, que pretendia explicar a mortalidade do passado unicamente pela alta dos preços dos cereais, está hoje abandonada. Mas foi ela que entusiasmou Pierre Goubert e que o levou a tentar reunir numa mesma ficha todas as informações concernentes a uma família, na região em que ele trabalhava desde 1950, a região de Beauvais, o que resultou em sua grande tese sobre **Beauvais et les Beauvaisis de 1600 à 1730**, publicada em 1960.

Por seu lado, o politécnico Louis Henry, que Alfred Sauvy havia feito ingressar no Institut National d'Études Démographiques, encarregara-se do estudo da fecundidade; para bem compreender o mecanismo da fecundidade, ele queria estudar o que chamou de fecundidade natural, isto é, a fecundidade de populações que teriam sido reguladas unicamente no plano biológico, e nada no plano social.

Também sabemos hoje que não existe fecundidade natural, e que em todas as populações, mesmo em populações primitivas, a fecundidade é um fenômeno tanto cultural quanto biológico.

Porém, perseguindo esta quimera, ele procurou medir cientificamente a fecundidade em pequenos grupos de populações isoladas, primeiro na seita dos Hutteristas nos Estados Unidos (os membros desta seita se abstêm absolutamente de recorrer à anticoncepção). Em seguida, ele quis utilizar as genealogias e estudou a burguesia genebrina a partir das genealogias constituídas pelo historiador Choisy. E, enfim, ele teve a idéia de utilizar o que acreditava ser uma riqueza inculca, os registros paroquiais, donde a constituição do método e a publicação de um manual técnico que realizou em comum com o historiador Michel Fleury em 1956. Depois, em 1958, publicou-se a primeira monografia baseada na nova técnica, sobre a pequena aldeia de Crulai.

Historiadores e demógrafos se encontrariam alguns anos mais tarde graças a um professor da Sorbonne, Marcel Reinhard, que em 1963 fundou a **Société de Démographie Historique**, e no ano seguinte fundou uma revista, **Études et Chroniques de Démographie Historique**, que em 1965 tomou o nome de **Annales de Démographie Historique**.

O processo decisivo de expansão da demografia histórica foi, com efeito, o dos encontros na **Société** e o das trocas de idéias na nova revista.

No limitado tempo que me é concedido, não posso esperar dar uma idéia suficiente dos métodos da demografia histórica, nem mesmo uma idéia aproximada. Contento-me, pois, em indicar as grandes linhas.

A) A base de nossos trabalhos é a reconstituição das famílias, isto é, copiamos um a um os registros de nascimento, casamento e óbito do antigo registro civil, reunimos todas as informações concernentes a uma família e preenchemos fichas com todas as datas e todos os lugares que dizem respeito à história dessa família: nela transcrevemos nascimento dos pais e seu casamento; os nascimentos, os óbitos e os casamentos dos filhos; os óbitos e os eventuais recasamentos dos pais, constituindo assim uma espécie de caderneta de registro civil, e quando dispomos de algumas centenas dessas fichas realizamos cálculos científicos a partir dos dados elaborados.

B) Nessas fichas calculamos intervalos, por exemplo, o intervalo entre o casamento e o primeiro nascimento, ou então o intervalo entre a viuvez e o recasamento.

Por conseguinte, não damos fotografias da população, mas se-

guimos os indivíduos através de toda a sua existência e seguimos também as gerações inteiras e as coortes formadas por estas gerações.

É uma grande novidade em demografia; e a isto se chama estudo longitudinal, em que um acontecimento é anotado não apenas por sua data, mas sempre em função de um outro acontecimento, que o precedeu e que o tornou possível.

C) Em seguida executamos a crítica sistemática dos dados, isto é, detetamos os erros e as lacunas das fontes por técnicas muito especiais, o que permite corrigir os resultados. Assim, os resultados obtidos em demografia histórica são geralmente mais seguros, mais sólidos, mais científicos, do que aqueles obtidos pela demografia contemporânea que, na maioria das vezes, não se preocupa em verificar e corrigir seus dados.

sto

Que proveito tirou a História disso tudo?

O primeiro foi um salto avante da história quantitativa. Eu não quero discutir aqui as vantagens comparadas da história quantitativa e da história qualitativa, pois considera as duas complementares; mas a história quantitativa permite saber se os fenômenos sociais assinalados pela história tradicional são representativos. Por exemplo, a literatura dos séculos XVI e XVII assinala um grande número de bastardos; porém, o estudo dos nascimentos ilegítimos no interior da França à época, indica que sua proporção não ultrapassa 1%.

Abrangendo cada grupo em função de sua importância numérica, graças ao arrolamento das atas do registro civil, a demografia histórica dá, enfim, uma imagem representativa da sociedade antiga, enquanto que todas as outras fontes da história social fornecem aos pesquisadores apenas amostras "enviesadas".

Por outro lado, a expressão numérica, matemática, tem a vantagem de permitir comparações mais precisas. É provável que, em geral, o progresso das ciências passe pela expressão matemática, como já o acreditavam Galileu e Leonardo da Vinci.

Evidentemente, a história quantitativa não começou com a demografia histórica; é à história econômica que ela deve seus primeiros progressos. Mas a economia não é um campo fechado: é considerável o número de parâmetros que é preciso fazer intervir; alguns não são mensuráveis e é mesmo provável que não foram todos identificados. Por conseguinte, a construção de modelos econômicos se choca com obstáculos maiores, enquanto que em demografia o número de fatores é bastante limitado: conhecendo o estado de uma população, suas leis de fecundidade e de mortalidade, pode ser calculada sua evolução com uma certeza quase tão grande como aquela sobre os eclipses do Sol e da Lua.

Portanto, no século XX, a demografia desempenha no campo das ciências sociais um papel comparável àquele desempenhado pela astronomia no campo das ciências exatas no século XVII.

Muitos dados novos puderam ser calculados pela demografia histórica, mas muitos campos inexplorados abrem-se ainda a ela, com a possibilidade de pesquisas inteiramente novas, de que ainda não temos idéia. Por exemplo, os historiadores demógrafos foram os primeiros que, observando a repartição dos intervalos entre o casamento e o primeiro nascimento em populações do passado, puderam calcular qual era a probabilidade de uma mulher conceber a cada ciclo menstrual. Igualmente, verificou-se que a proporção dos nascimentos de meninos aumentava ligeiramente nos países em guerra, mistério extraordinário para o qual ainda não se pôde encontrar nenhuma explicação válida.

Evidentemente, foi sobretudo a história das populações que se viu inteiramente renovada pela demografia histórica. Por exemplo, o Institut National d'Études Démographiques de Paris, estudando uma amostragem representativa da população francesa, pôde reconstituir inteiramente o estado e o movimento desta população desde 1740, corrigindo mesmo as estatísticas do século XIX.

Descobriu-se, assim, que a França era então muito mais povoada do que o acreditavam os historiadores: desde 1740 ela contava ao menos com 24.600.000 habitantes, e 28.100.000 em 1790, numa Europa que nessas duas datas contava apenas 140 e 180 milhões de habitantes, o que explica como os exércitos da Revolução e do Império puderam enfrentar vitoriosamente as cinco coalizões.

Pela utilização de outros métodos emprestados da antropologia, da arqueologia e da ecologia, sobre os quais infelizmente não tenho tempo de falar, há bem pouco tempo se pôde mesmo elucidar a história da população mundial e do povoamento da Terra.

Deste modo, o Dr. Biraben demonstrou que a população mundial permanecera mais ou menos estacionária no decurso do 1.º milênio da era cristã, vizinha então de 250 milhões de habitantes; que o primeiro impulso no século XII a fizera passar a cerca de 400 milhões; e que o crescimento atual teria iniciado desde o século XV, com uma forte aceleração a partir do século XVIII.

Aliás, a evolução foi bem diferente de um continente a outro: a população da América Latina poderia ter atingido cerca de 40 milhões de habitantes até a chegada dos europeus, conforme as pesquisas mais sérias, mas desmorona-se em três quartos no século XVI, caíndo a 10 milhões de habitantes, e retoma muito vigorosamente no decurso dos dois últimos séculos, pois que se pôde avaliar a população da América Latina em 15 milhões em 1750, 19 mi-

lhões em 1800, 34 milhões em 1850, 75 milhões em 1900, 164 milhões em 1950 e cerca de 350 milhões hoje.

A mais importante descoberta, nesta ordem de idéias, foi o processo de povoamento dos continentes: outrora imaginava-se que os continentes teriam sido povoados por migrações maciças, de verdadeiro extravasamento de populações excedentes. Agora se sabe que o povoamento do mundo foi realizado por pequenos grupos de homens que se infiltraram nos espaços vazios e que aí se multiplicaram "como camundongos numa granja". É possível que o primeiro povoamento da América tenha sido feito por algumas dezenas de caçadores infiltrados entre o mar e a geleira das Rochosas pouco antes do último período de glaciação, cerca de 40.000 anos antes de Jesus Cristo.

Para tomar um exemplo mais recente, sabe-se que quase todos os sete milhões de canadenses franceses de hoje descendem de sete mil imigrantes estabelecidos no século XVII.

A mais importante conseqüência desse processo foi a multiplicação dos grupos raciais e das civilizações no passado longínquo. Isolados, e portadores de um reduzido patrimônio genético e cultural, os pioneiros que povoaram o continente elaboraram tipos de sociedade inteiramente originais, e durante muito tempo a história do mundo desenrolou-se sob o signo da diversificação, da proliferação e da divergência; portanto, do enriquecimento cultural.

Ao contrário, desde que certos povos multiplicaram-se a ponto de povoar toda a Terra, de entrar em contato com os grupos isolados, e finalmente, de cimentar toda a população mundial em um só bloco, vivemos sob o signo do contato, da coabitação e da convergência de sociedades e de culturas: as antigas tradições, os particularismos culturais, as civilizações ditas inferiores, foram desbaratados, primeiro pela força ou pela concorrência biológica — eu penso aqui na história dos índios — mas hoje sobretudo pelo poder de modelos culturais internacionais dominantes, que os **media** transportam de um canto a outro do planeta.

Se abandonarmos estas perspectivas, e nos contentarmos em procurar o que a demografia histórica trouxe para nossa história social, constatamos que foi ela a primeira beneficiária do extraordinário desenvolvimento da demografia histórica.

Com efeito, a reconstituição das famílias deu-nos um conhecimento concreto da vida quotidiana dos humildes, que até aqui tinham sido ignorados pela história oficial e pela genealogia, a despeito de todas as proclamações e de todas as boas intenções.

Desta maneira, sempre que as fontes forem conservadas, nós

chegamos a acompanhar, um a um, os mais humildes dos camponeses franceses ou brasileiros, do nascimento à sepultura; vemos nascer e morrer seus filhos; vemos palpitar a vida sob nosso microscópio. E este método se revela mais novo, mais rico, mais seguro que tudo o que foi experimentado até agora.

É assim que os historiadores franceses, na seqüência de Pierre Goubert, descobriram os grandes traços do que chamam "O Antigo Regime Demográfico". Descobriu-se que a mortalidade não era constante, mas que ela agia por crises, por pressões sucessivas, e que não se encontravam famílias de 18 ou 20 filhos, mas que na realidade, com o costume da amamentação, os nascimentos se sucediam a cada dois ou cada três anos apenas.

Descobriu-se que as famílias não viviam reunidas por dezenas e dezenas de membros sob a direção de um ancestral comum, mas que já nos séculos XVII e no XVIII a família moderna, tal como nós a conhecemos, era a forma dominante, composta que era do pai, da mãe e dos filhos.

A demografia histórica contribuiu mesmo para revigorar a antiga história das mentalidades, que se afundava na anedota. Foram os historiadores demógrafos que, por primeiro, começaram a medir os comportamentos, sobre os quais se construiu hoje a Nova História.

Alguns exemplos: observamos o movimento dos casamentos sob o Antigo Regime, mês por mês; apercebemo-nos de que ninguém se casa no mês de dezembro, ninguém se casa em março. A explicação é simples: é o Advento, é a Quaresma, o vigário recusa-se a celebrar as núpcias. Chega a Revolução Francesa, as igrejas são fechadas, os vigários banidos, deportados, guilhotinados.

No entanto, ninguém pode constranger um bom cristão a se casar durante a Quaresma, durante o Advento. Por conseguinte, medindo a freqüência dos casamentos durante o Advento e a Quaresma, durante o período em que as igrejas estavam fechadas, também chegamos a ter uma medida dos sentimentos religiosos da população durante a Revolução Francesa.

Outro exemplo: há algum tempo, a Igreja proibia comer carne durante o Advento e durante a Quaresma; ela recomendava ainda aos casais que se abstivessem de relações sexuais durante esse período. Evidentemente, o vigário não poderia estar presente para saber do cumprimento das proibições, mas os historiadores demógrafos o sabem, pois observando a freqüência dos batismos durante os diferentes meses do ano, podem medir a freqüência de batismos que foram realizados exatamente nove meses após o Advento ou após a Quaresma. No Canadá francês dos séculos XVII e XVIII, por exem-

plo, o mês de dezembro era o menos fecundo do ano, pois aconteciam quase sempre nove meses após a Quaresma, enquanto que na Suécia luterana era bem diferente, e o mês de dezembro registrava batismos em número superior à média. Neste caso também, chegamos a medir comportamentos de que os próprios contemporâneos não tinham a menor idéia.

Outro caso interessante é relativo à freqüência das concepções pré-nupcias. Havia uma sexualidade secreta sob o Antigo Regime, como o pretendem certos historiadores como Jean-Louis Flandrin? Sim ou não? Isto é, eram freqüentes as relações sexuais fora do casamento? Quem o dirá? As fontes são contraditórias, uns dizem sim, outros dizem não. Nós temos um instrumento de medida muito bom: calculamos os intervalos entre o casamento e o primeiro nascimento; se o primeiro nascimento acontece nos oito primeiros meses do casamento, supomos que ele corresponde a relações sexuais extramatrimoniais.

Na França de hoje, apesar das medidas anticoncepcionais, mais de um quarto das noivas estão grávidas no dia de suas núpcias. Para o Antigo Regime, quando se ignoravam a anticoncepção e o aborto, e quando as moças se casavam tarde (26 anos em média às vésperas da Revolução), temos uma freqüência de concepções pré-nupciais que não ultrapassa 4% na época de Luís XIV.

Nessas condições, podemos dizer que as teorias de Jean-Louis Flandrin sobre as relações sexuais não se sustentam. É impossível que tenha havido muitas relações sexuais extramatrimoniais, senão teríamos uma freqüência de concepções pré-nupciais muito superior à que observamos.

Outra coisa que observamos muito bem: somos capazes de fazer a história da instrução. Medindo a freqüência das assinaturas ao casamento, quem assina e quem não assina, medimos a diferença entre a instrução dos homens e a instrução das mulheres, e podemos cartografar, literalmente, e fazer gráficos sobre o progresso da instrução.

Desta maneira, a demografia histórica forneceu bases sólidas ao que hoje se chama a Nova História, aquela que se interessa pelos costumes, pela vida sexual e pela família.

Infelizmente, muitos desses "novos historiadores", rejeitando lançar-se no enorme e ingrato trabalho artesanal que a demografia histórica exige, contentam-se em comentar os resultados estabelecidos pelos outros; ou, pior ainda, jogam com as idéias como com bolhas de sabão. Há agora uma "nova história" destinada à televisão, como outrora havia uma "velha história" destinada às conversas de salão.

Vocês adivinham que não é neste sentido que vejo o futuro de nossa disciplina. Pessoalmente, parece-me que agora seria preciso estender o uso do maravilhoso instrumento de análise que é o da reconstituição das famílias a todo o campo da história social.

Com efeito, forjado para a análise da fecundidade, este instrumento parece apto a um uso mais extenso. O princípio fundamental consiste em reagrupar sob um mesmo patronímico todas as informações dispersas através das atas de registro civil. Ora, esta operação é apenas um caso particular do que se chama acoplagem dos dados. Por que não estender o método a todas as fontes da história social? Assim se completariam as fichas de família por toda sorte de informações tiradas dos róis de impostos, dos cadastros, dos contratos de casamento, das listas eleitorais em suma, de todos os fundos de arquivos utilizáveis pela história social.

No final das contas, seria toda a tática e mesmo a estratégia da história social que se veriam modificadas: no lugar de atacar os grandes problemas com instrumentos de medida inadequados e ridiculamente insuficientes, far-se-ia descer o nível da observação até os indivíduos e as famílias. Em outras palavras, seria como a diferença que haveria na biologia antes e após a invenção do microscópio.

Então se poderia esperar fazer a história social "ao microscópio", o que questionaria muitas idéias preconcebidas. Tomo apenas um exemplo, no que diz respeito a uma grande questão da história, ou seja, os movimentos de ascensão social, o que Arsène Dumont chamava, no século XIX, de capilaridade social. Será que, numa sociedade, a tendência geral está na subida ou na descida?

Apercebemo-nos, finalmente, de que se trata de um problema demográfico. Se os elementos dominantes da sociedade, a elite da sociedade, se reproduzem mais depressa do que as classes inferiores, nessa sociedade devem dominar os movimentos descendentes. Se, ao contrário, praticando largamente a anticoncepção e o aborto, a elite da sociedade não chega mais a se reproduzir, automaticamente se cria um espaço para uma ascensão social. Eis uma grande questão que até aqui não pôde ser abordada de uma forma verdadeiramente válida, e que poderia ser estudada pela demografia.

Ainda um outro exemplo, agora concernente à demografia diferencial. Há algumas idéias a esse respeito: é sabido que, no século XIX, operários morriam mais que patrões. Mas são conclusões a partir de medidas feitas incorretamente, pois foram tomadas as idades médias ao falecimento, o que é um mau método. Seria o caso de refazer todos os estudos e talvez chegássemos a distinguir, na mortalidade diferencial, qual é a parte da mortalidade social, estudando por exemplo a mortalidade das esposas e das crianças; qual é a parte ecológica no que diz respeito à alimentação, qual é a parte profis-

sional, pois que nas sociedades antigas os contatos profissionais eram ocasião de contágio de doenças e de se expor aos riscos de mortalidade.

Outro problema: os comportamentos culturais. Quem poderia, hoje, dizer como os comportamentos se propagam? Será que eles se propagam das classes superiores? Será que eles se propagam geograficamente como uma mancha de óleo? Talvez, medindo certos fenômenos secundários, como a propagação dos nomes por exemplo, ou então o uso de dar um segundo ou um terceiro nome aos filhos, aprenderíamos muito sobre os mecanismos sociais.

Enfim, os progressos recentemente conseguidos na história das populações nos conduziram a questionar um certo número de idéias preconcebidas no domínio da história econômica.

Estudando, pessoalmente, a repartição do povoamento no *Basin Parisien* à época de Luís XIV, constatei com surpresa que as regiões mais povoadas não eram as mais férteis, bem longe disso; e que não eram também os meios rurais menos férteis que mais sofriam quando das crises de subsistência.

Isto me conduziu a questionar o determinismo geográfico e a pensar que talvez a repartição do povoamento obedecia a outras causas além das realidades materiais.

Igualmente, tentando reconstituir a rede urbana, isto é, a hierarquia das cidades (as grandes, as médias e as pequenas) à mesma época (início do século XVIII), e havendo estabelecido uma classificação dessas cidades, eu tive um choque ao constatar que essa classificação era quase idêntica à da França de 1975.

A Revolução Industrial tinha passado por lá, mas certas cidades pareciam ter-se fixado em seu passado no século XIX, a ponto de recuar a passagem da estrada de ferro, como, por exemplo, Orleans e Tours. Não industrializadas, essas cidades tinham, pois, sofrido uma crise muito grave no século XIX, e, no entanto, no século XX, elas retomaram o lugar que ocupavam antes da Revolução Industrial.

Assim, tive que abandonar meus antigos preconceitos. Eu acreditava que o processo de modernização e de industrialização é que havia posicionado a rede urbana, e ainda hoje sei bem que foi esse processo que desencadeou o crescimento urbano. Porém, falo aqui da organização dessa rede. Pois bem, ao contrário, fui levado a pensar que foi a antiqüíssima rede urbana — que no caso da França remonta à época gaio-romana com o velho sistema de comunicações que o irriga — que forneceu o enquadramento, o molde, no qual se fez o processo de industrialização dos séculos XIX e XX. Novo golpe ao determinismo geográfico.

Finalmente, descobri também que as grandes mortalidades do século XVII não são processos de adaptação da população aos meios de subsistência, como eu o acreditava há dez anos e como os economistas ainda o crêem.

Desde o século XVIII se repete que são os meios de subsistência que dão a medida da população. Imaginava-se os meios de subsistência como uma espécie de limite que a população não pode ultrapassar, e imaginava-se que as crises eram devidas a um crescimento da população, e que o freio principal era constituído pelos meios de subsistência.

É uma idéia que se atribui a Malthus. Porém, eu fiquei absolutamente surpreso ao ler Malthus e ver que ele havia sido mal compreendido. Malthus não dizia "a população aumenta numa progressão geométrica", ele dizia que "a população, se não fosse contida, teria tendência a aumentar numa progressão geométrica".

No entanto, essa população se viu contida e, assim, o trabalho de Malthus também consistiu em tentar compreender o que poderia conter a população e impedi-la de ultrapassar o nível dos meios de subsistência.

Pois bem, efetivamente, eu falei das crises de subsistência, e analisando-as eu me apercebi de que havia carestias, isto é, altas de preços sem mortalidade, e mortalidade sem carestias; que se as grandes mortalidades tivessem resultado de uma alta de preços, e a alta de preços de uma má colheita, e a má colheita de um verão muito chuvoso, ou de um inverno muito frio, as crises deveriam acontecer ao acaso, e que elas não seriam muito visíveis. Ora, observando a situação em várias centenas de aldeias, eu me apercebi de que o número de aldeias atingidas pela mortalidade aumentava antes da crise, como se fosse previsto que iria chegar um acidente.

Por conseguinte, cheguei à conclusão de que as grandes mortalidades do passado são devidas ao acaso, que são acidentes epidêmicos, e que a carestia, a escassez, somente mata se ela chega em cima de uma epidemia já instalada no lugar. Não é a carestia que mata, é a carestia conjugada com uma epidemia já instalada.

Percebe-se, de uma maneira geral, que, nas sociedades tradicionais, não são os meios de subsistência que dão a medida da população. Numa larga medida, é o regime da propriedade. É um sistema sócio-cultural que determina o nível das populações, não são as condições materiais e econômicas.

Quase todas as populações, talvez compreendendo também a população chinesa, tecnicamente poderiam ultrapassar o nível que elas atingiram, sob condição de que sobretudo seu sistema social e

cultural fosse profundamente modificado. Em todo caso, eu falo das populações agrárias, antes da industrialização; não pretendo tratar aqui de problemas da demografia contemporânea.

Enfim, a quarta grande descoberta devida às pesquisas do Institut National d'Études Démographiques, é que na Europa o crescimento demográfico precedeu ao crescimento econômico.

Até agora, considerava-se que a economia era a variável independente e a demografia a variável dependente. Agora, é uma situação que é preciso inverter quase inteiramente.

Sabemos hoje que não houve revolução agrícola no século XVIII. Houve apenas alguns limitados progressos na Inglaterra, e progressos secundários provocados pelo crescimento da população.

Ora, se deixamos de lado os territórios atuais da URSS, cuja população conhecemos mal, a população da Europa era de aproximadamente 95.000.000 de habitantes em 1700, de 111.000.000 em 1750, 146.000.000 em 1800. E a melhor prova de que este aumento da população precedeu ao dos meios de subsistência é o fato de que os preços aumentaram: se tivesse havido por primeiro a revolução agrícola, ela teria lançado enormes quantidades de cereais no mercado, e os preços teriam diminuído; mas como foi a população a aumentar por primeiro, a procura superou a oferta e os preços aumentaram.

Efetivamente, é o que nós constatamos. Tanto isto é verdade que os progressos agrícolas não foram a causa, mas a consequência do aumento da população. Por causa da alta dos preços, as pessoas tiveram que cultivar melhor a terra, generalizar na França a cultura do milho, que existia apenas em setores limitados; tiveram que introduzir a batatinha, de que os franceses tinham horror extraordinário, e diziam mesmo que ela provocava doenças, mas que teriam mesmo que comer porque os legumes e a carne estavam muito caros. E por outro lado, graças aos lucros conseguidos pelos rendeiros, pode-se investir na agricultura o dinheiro que até então havia faltado.

Assim, a pressão demográfica provocou a evolução agrária. É verdade para a França do século XVIII; e agora isso pode ser generalizado não apenas para a Idade Média, mas talvez para o que se chama de revolução neolítica. É provável que, com apenas 5.000.000 de habitantes, o mundo se achasse superpovoado por volta de 30.000 anos antes de Jesus Cristo, numa época em que não se conheciam outros recursos além da caça e da coleta. Nessa época, cinco milhões de habitantes seriam suficientes para criar uma situação tão grave quanto aquela que hoje conhece o século XX, sendo então uma situação de superpopulação que relativamente também era grave, e, possivelmente, sob essa pressão é que o homem aprendeu a culti-

var a terra e criar os animais.

Há muitos argumentos em favor desta teoria, mas eu não tenho tempo de desenvolvê-los.

Nem mesmo a área da história política e diplomática deixou de tirar proveito dos progressos da demografia histórica. Foi possível demonstrar, por exemplo, que na Europa a França já era um país bastante povoado à época de Luís XIV: nessa época sua população representava cerca de 1/4 da população européia.

Ora, o crescimento continuou no século XVIII, mais lentamente do que em outros países devido aos freios malthusianos, mas mesmo assim continuou a ponto de elevar a população a 28 milhões de habitantes às vésperas da Revolução de 1789.

E, evidentemente, os jovens sofreram; eles encontraram dificuldades para se estabelecer; aumentou a idade ao casamento: ao invés de se casarem aos 25 anos, os jovens casavam aos 28 anos em média; não conseguindo se estabelecer, muitos deviam empregar-se como domésticos e renunciar ao casamento; aumentou o número de mendigos, igualmente o das prostitutas, dos errantes, das pessoas que percorriam o campo à procura de trabalho ou de pão; diminuiu o poder de compra dos salários e a população das cidades aumentou de uma maneira malsã, não por um afluxo de produtores, mas por um afluxo dos "sem trabalho"; um pouco como o que se passa hoje nas cidades do Terceiro Mundo.

É provável que as grandes jornadas da Revolução Francesa, a de 14 de julho de 1789, a de 10 de agosto de 1792, não tivessem sido favoráveis às forças populares se os mecanismos demográficos não tivessem concentrado em Paris uma população flutuante avaliada em 100.000 pessoas.

Igualmente, descobriu-se que a enorme maioria dos homens da Revolução pertenciam à mesma geração, a dos nascidos entre 1745 e 1762. Evidentemente, a Revolução Francesa não é apenas um fenômeno de geração; quem desempenhou o papel determinante foi o ambiente histórico e ideológico no qual cresceu essa geração. Mas o aspecto demográfico não é desprezível: a geração de Robespierre, de Camille Desmoulins, de Danton, e mesmo a de Bonaparte, encontrava os lugares ocupados solidamente pela geração precedente, que morria menos graças ao recuo da mortalidade. Parafraseando Malthus, poder-se-ia dizer que no grande banquete da sociedade não havia mesa servida para ela.

Poder-se-iam multiplicar exemplos análogos; lembrar os acontecimentos de 1968 na Europa e na América, no que diz respeito

aos fenômenos das gerações, ou à recentíssima revolução iraniana, no que diz respeito à acumulação de uma população flutuante nas capitais.

Eu não quero me lançar em análises perigosas, e deixo-vos meditar sobre esta idéia: que os grandes conflitos da história foram, geralmente, os dos Pais e Filhos, o que não deixa de ter uma consonância demográfica.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO RENOVADOR SINDICAL

PAULO DE TARSO BARRETO DE FARIA

Membro do Centro de Assessoria e Pesquisa, Curitiba - PR. Bacharel em Letras e Mestrando em Ciência Política.

RESUMO

Em fins dos anos 50 começa a aparecer na cena sindical paulista, e depois brasileira, o Movimento Renovador Sindical (MRS). Propunha um sindicalismo de base, contratos coletivos de trabalho, fim da interferência estatal no sindicato e do imposto sindical. Combatido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a idéia que a respeito do MRS se generalizou e praticamente permanece até hoje, é a de que recebia financiamento do exterior e era manipulado por entidades sindicais a serviço de interesses norte-americanos. Porém, pesquisas mais recentes e o estudo de suas propostas fazem crer que se tratava de um grupo comprometido com as lutas e interesses da classe operária.

Introdução

Em 1957 surgiu em São Paulo um movimento sindical que se opunha ao Partido Comunista e aos velhos burocratas sindicais, chamados de pelegos. Sua presença deixou profundas marcas na orientação das lutas sindicais no Brasil, em 1960, apontando para a superação de problemas que ainda hoje são objeto de discussão. Entretanto, até agora, sociólogos, historiadores e cientistas políticos que pesquisam na área de movimentos sociais têm desprezado, em geral, a importância do Movimento Renovador Sindical (MRS) ou tomado como verdades estabelecidas certas acusações que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) lhe fazia. Nosso principal intuito, aqui, é confrontar tais acusações com as posições do MRS.

O primeiro item do trabalho baseia-se, principalmente, na obra de Timothy Harding.¹

1. Origens do Movimento Renovador Sindical

Em maio de 1957, coroando pouco mais de um ano de luta interna no PCB, dá-se o racha liderado por Agildo Barata. O grupo dissidente incluía a maior parte da Comissão Sindical do Partido em São Paulo e ficou conhecido como Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro. Embora seja difícil generalizar suas posições para o movimento operário, em oposição ao PCB, podem-se inventariar algumas linhas de pensamento que abrigava em seu interior.

¹ HARDING, Timothy. *The political history and organized labor in Brasil*. Stanford, 1973. 690 p. Thesis, Stanford University.

A maioria dos renovadores aceitava a posição do Partido de que o Movimento Operário (MO) deveria se integrar num movimento nacionalista com participação da burguesia nacional e que o caminho para o socialismo passava por uma fase nacionalista-democrática de transição. No entanto, criticavam o sectarismo do PCB e sua política de concentrar esforços numa luta contra o imperialismo americano ao mesmo tempo que tolerava que as burguesias agrária e industrial tivessem um papel dirigente na frente anti-imperialista. Um teórico renovador, conhecido como Luiz Alberto, chegava a afirmar que, no Brasil, uma revolução anti-imperialista, para ser bem sucedida, devia ser simultaneamente socialista; ele sustentava que as intermináveis lutas salariais dos trabalhadores tinham lhes ensinado que o capital nacional era tão explorador quanto o capital estrangeiro e acusava o PCB de irresponsável por querer unir patrões e trabalhadores na frente nacionalista. Luiz Alberto propunha também que os trabalhadores se empenhassem na conquista do salário móvel. Muitos dos membros da Corrente Renovadora fundariam, alguns meses mais tarde, o Movimento Renovador Sindical. Em setembro de 1957 outro grupo oriundo do PCB fundou o Movimento Socialista Renovador. Em 1959 ambos os grupos se unem para lançar o **Correio Sindical**, jornal do MRS.

2. Historiografia

Nos estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro são escassas as referências ao MRS. De um modo geral os autores, à exceção de Timothy Harding, nos têm legado informações e análises inconsistentes, superficiais, sem o suporte de dados empíricos.

Hans Füchtner² caracteriza o MRS como organização anticomunista apoiada por "representantes dos interesses estrangeiros que tentavam conquistar influência no movimento sindical brasileiro" e o acusa de ser financiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Heloísa Martins³, ao falar dos movimentos renovadores no sindicalismo do pré-64, baseia-se exclusivamente num artigo de Carlos Renato da Costa Neto na **Revista Brasiliense**⁴. Este, por sua vez, considera as diversas correntes chamadas renovadoras como totalmente identificadas entre si — donde, a posição de cada uma vale para todas — e o jornal **O Estado de São Paulo** como seu porta-voz. Tal enfoque nada contribui para o conhecimento específico do MRS, pois o nome "renovador", na época, era tão generoso quan-

2 FÜCHTNER, Hans. Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política. Rio de Janeiro, Graal, 1980. p. 202.

3 MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1979. p. 87.

4 COSTA NETO, Carlos Renato. O que é o movimento de renovação sindical. **Revista Brasiliense** (32) :59-87, 1960.

to o nome "oposição", hoje. Além disso, é um artigo extremamente apaixonado em que a preocupação central é a defesa dos comunistas (do PCB) e o ataque aos seus opositores. No entanto, cabe notar que não acusa os renovadores de vínculos com o imperialismo, acusação reservada aos pelegos, mas sustenta que as idéias renovadoras contrárias à ingerência estatal no sindicato não são inspiradas na realidade nacional (por quê não?) e que esse "anarco-liberalismo"⁵ seria insuflado de fora, nos congressos internacionais (atenção pra piada: o defensor do PC acusando seus adversários de portadores de idéias alienígenas).

José Albertino Rodrigues, comentando o II Congresso Sindical dos Trabalhadores de São Paulo em artigo na **Revista Brasiliense**⁶, conseguiu fazer um relatório do Congresso sem registrar qualquer oposição ou a presença dos diversos grupos renovadores cuja atuação marcou de forma contundente as deliberações finais. Anos mais tarde, ao escrever **Sindicatos e Desenvolvimento no Brasil**⁷, admite a existência do MRS como organismo paralelo, solapador da ação unitária que vinha se desenvolvendo nos meios sindicais, anticomunista, cujo grande objetivo era combater a orientação esquerdizante que se "tornava primacial nas entidades sindicais de maior envergadura em São Paulo".

Analisando a "crise" do modelo sindical brasileiro, Maria Hermínia Tavares de Almeida⁸ sustenta que a estrutura sindical prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de alguma forma se adequava à estrutura industrial e ao tipo de classe trabalhadora da época em que foi idealizada, e que as mudanças verificadas na estrutura produtiva com o surgimento da grande empresa moderna, em meados da década de 50, criavam as condições para a superação do velho sindicato. Entretanto, acrescenta, a hipótese de sua superação nem sequer foi vislumbrada naquele período porque teria ocorrido um viés ideológico ("a ideologia nacionalista popular") que orientava a conduta dos atores políticos para caminhos que apontavam para o passado e não para o presente. Adiante, ao reconhecer que o Movimento **Sindical Renovador** (sic, grifo meu) propunha substanciais modificações na estrutura do sindicato, nega que suas propostas tenham brotado de uma maior convivência com a "moderna classe operária"; seria um projeto posticho, sem enraizamento no grupo social, gerado no estrangeiro pela Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT) e Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), entidades que seriam igualmente

5 COSTA NETO, p. 68.

6 RODRIGUES, José Albertino. II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. *Revista Brasiliense* (29) :75-8, 1960.

7 RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968. p. 163.

8 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate & Crítica* (16) :49-74, 1975.

responsáveis pela sustentação financeira do MRS. Maria Hermínia certamente desconhece que um dos principais líderes do MRS era um metalúrgico e que o movimento mantinha forte oposição ao sindicato da categoria, o que parece indicar "enraizamento no grupo social". O que nós desconhecemos é a sua fonte de informação sobre ligações político-econômicas entre ORIT/CIOSL e o grupo que estamos estudando. E também cremos que não se pode simplificar o problema como se fez acima: todos os atores políticos olhavam para o passado. Se o MRS não o fazia, suas idéias tinham de vir do exterior, uma vez que não convivia com o grupo social que poderia pretender a superação do velho sindicato. Já vimos que entre os dissidentes de 1957, do PCB, havia alguns que combatiam o papel dirigente da burguesia na luta anti-imperialista e outros que iam além, embutindo a luta anti-imperialista na luta pelo socialismo. Adiante, veremos como o próprio MRS aparecerá no movimento sindical com um projeto próprio, que escapa à abrangência do viés ideológico a que se refere Maria Hermínia e que também não foi importado.

Teotônio dos Santos Júnior⁹, ao analisar o III Congresso Nacional dos Trabalhadores, percebe com satisfação que o surgimento dos grupos renovadores e a força que adquiriram, evidenciada no racha do Congresso em três grandes correntes — comunistas, renovadores e pelegos, — prenunciam um "movimento sindical independente e com preocupação de ação nas bases".

Antonio Chamorro¹⁰ chama os elementos do MRS de provocadores, adeptos do pluralismo sindical e membros de entidade marginal paralela. Chamorro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de São Paulo, enfrentava firme oposição do MRS dentro do sindicato, sendo freqüentemente acusado de desvio de verbas¹¹.

Timothy Harding, após minucioso estudo da origem e evolução do MRS através da leitura da coleção do seu periódico **Correio Sindical**, de entrevistas com os seus líderes, da análise do movimento sindical da época, conclui que se tratava de um movimento independente e implicitamente revolucionário¹², que pugnava por um sindicalismo de base, opunha-se à corrupção dos pelegos, à manipulação do movimento operário pelas cúpulas, à ingerência do Ministério do Trabalho na organização sindical e que não aceitava subvenções americanas e, junto com outros grupos renovadores, atraiu "alguns dos mais dinâmicos e honestos líderes do movimento ope-

9 SANTOS JUNIOR, Teotón. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasiliense*, n.º 39, 1962.

10 CHAMORRO, Antonio. O III Congresso Nacional dos Trabalhadores. *Revista Brasiliense* (31) :72-84, 1960.

11 HARDING, *The political...*, p. 340.

12 HARDING, *The political...*, p. 344.

rário brasileiro”¹³ bem como os mais radicais.¹⁴

3. Propostas do MRS

No II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, realizado de 27 a 30 de abril de 1960, o MRS, através do metalúrgico Carleto Ferrer Favali, apresentou uma proposta de resolução (subscrita por mais de mil operários) que abrangia os seguintes pontos: a) organização da central operária do Brasil; b) extinção do imposto sindical; c) contratos coletivos de trabalho; d) gestão dos institutos de previdência e assistência social; e) justiça do trabalho; f) insalubridade; g) aumento de salário mínimo; h) estabilidade no emprego; i) regulamentação do trabalho domiciliar. Procuraremos analisar os principais pontos da proposta renovadora, sempre que possível cotejando-os com a dos pecebistas e dos pelegos, buscando descobrir as implicações de tais propostas para o movimento operário e sindical.

Resolução sobre a organização da Central Operária do Brasil¹⁵

CONSIDERANDO que a legislação sobre a organização sindical, plasmada na Consolidação das Leis do Trabalho, já está superada pelo alto grau de desenvolvimento econômico atingido pelo País, e conseqüentemente pelo crescimento do número de trabalhadores e de suas organizações, que estão impossibilitados de se aglutinar em uma organização central e única, que materializa a prática da unidade dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que a atual estrutura sindicalista tem possibilitado que elementos estranhos aos trabalhadores, inescrupulosamente se incrustem nos postos de mando das Confederações, Federações e Sindicatos, desenvolvendo nefasta atividade de agentes do Ministério do Trabalho, de alcagüetes policiais e defensores da reação patronal;

CONSIDERANDO que determinados dirigentes sindicais de cúpula formaram uma elite de turistas, gozadores, e esbanjadores dos cofres sindicais na conquista de maiores poderes financeiros, em Gangsters, Pistoleiros e Chantagistas, que se utilizam da fraude, dos disfarces físicos, e do assassinato para perpetuarem seu domínio sobre os sindicatos, federações e confederações;

¹³ HARDING, Timothy. Implications of Brasil's third labour congress. *Hispanic American Report*, 10 (10) :567, oct. 1960.

¹⁴ HARDING, The political...

¹⁵ Transcrito da "Resolução sobre a Central Operária do Brasil". Pasta Movimento Renovador Sindical, Documento n.º 43.975. Arquivo do jornal *O Estado de São Paulo*.

CONSIDERANDO que elementos dessa elite dirigente sindical transformaram seus órgãos de classe em "comitês" eleitorais e, apoiados na mais descarada demagogia, utilizam os sindicatos para galgar postos eletivos ou locupletar-se, negociando os votos da entidade, deixando a classe operária sob a influência político-partidária e à mercê dos caprichos e interesses políticos sem escrúpulos que são contrários aos interesses dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que esta elite de elementos desclassificados, que nada tem de comum com os trabalhadores a não ser sua escorcha e a utilização indébita de sua representação perante as autoridades e patrões, visando as polpudas negociatas em detrimento dos trabalhadores, fator que tem ocorrido para a desmoralização dos órgãos sindicais e o afastamento dos operários das lides trabalhistas;

CONSIDERANDO que o futuro promissor de nossa pátria, em ritmo acelerado de desenvolvimento e progresso, depende na maior parte dos trabalhadores, dos técnicos e dos engenheiros, e que esta elite de dirigentes sindicais, que se transformou em uma classe burocrática, tumultua e compromete o futuro da Nação e o bem-estar de seus filhos;

CONSIDERANDO que já é chegada a hora de ouvirmos os trabalhadores vítimas dos desmandos das elites dirigentes sindicais e os bodes expiatórios de sua má orientação e, que têm arcado com as responsabilidades e prejuízos desses erros — e entregar-lhes os postos diretivos dos órgãos sindicais, por serem os únicos capazes de renovar o vigor do atual e enfraquecido sindicalismo e de criar uma organização que fortaleça suas lutas através de uma unidade de **base** que desperte a consciência das classes trabalhadoras e lhes dê conhecimento pleno de suas forças;

O II Congresso dos Trabalhadores do Estado de São Paulo

R E S O L V E :

1.º — Interferir perante os órgãos sindicais e autoridades no sentido de convocar, dentro de 6 (seis) meses, o Congresso Nacional dos Trabalhadores do Brasil do qual surgirá a Central Operária do Brasil.

2.º — Que para a representação como Delegados neste Congresso, sejam eleitos unicamente, os trabalhadores nas assembléias de fábricas, sindicalizados ou não, exigindo-se como documentação básica a **Carteira Profissional**.

3.º — Que as atuais elites dirigentes sindicais, voltem a reintegrar-se no trabalho nas fábricas, para reeducar-se, reabilitar-se e identificar-se com os trabalhadores.

4.º — Apelar aos companheiros dirigentes dos sindicatos que não se corromperam e mantêm-se como autênticos trabalhadores, para que afastem, inapelavelmente, do convívio sindical toda esta casta de falsos sindicalistas que tem denegrido o bom nome dos trabalhadores, de seus dirigentes honestos e de seus órgãos de classe.

Esta era, na voz do próprio MRS, sua proposta para a organização de uma central operária; vazada numa linguagem clara, extremamente rígida e de inegável veracidade em relação ao sindicalismo da época e situada no campo estritamente sindical, isto é, abtém-se de críticas aos comunistas pelo fato de serem (ou se propagarem) comunistas. Estes são criticados apenas quando seu comportamento for considerado nocivo à atividade sindical de base, identificado com a elitização e burocratização do sindicato, atrelamento à política partidária, etc.

A proposta de eleger delegados para o Congresso em assembléias de fábricas, sindicalizados ou não, implicava em trazer o sindicato para dentro dos locais de trabalho, expulso que foi pela legislação estadonovista, fato tacitamente aceito pelo PCB, cuja desastrosa política sindical nos anos do "populismo" já foi exaustivamente estudada por Francisco Weffort¹⁶. Os velhos pelegos, temerosos de perderem influência para os comunistas, simplesmente opunham-se à idéia de central operária. Estes, por sua vez, defendiam uma central formada por representantes de federações, confederações, conselhos sindicais estaduais e sindicatos não-federados. Tratava-se ainda uma vez de organização de cúpula, completando o sindicalismo semicorporativo, burocrático e estatal brasileiro.

Se os trabalhadores necessitam de uma organização que unifique as diversas categorias de modo a colocá-los numa posição de força perante o patronato e o Estado, desenvolvendo a solidariedade, apontando a unidade de interesses; se a estrutura sindical herdada do Estado Novo não era adequada à luta da classe operária e

16 WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra). Estudos CEBRAP, n. 4 1973. Sindicalismo e política. São Paulo, 1972. Tese, Livre-docência.

impunha-se sua superação; se o distanciamento entre base e cúpula era um sério problema no MO, fica claro que a proposta do MRS era a mais conseqüente e de fato a mais revolucionária.

Extinção do Imposto Sindical¹⁷

1.º — CONSIDERANDO que a história do Movimento Sindical Brasileiro demonstra que os sindicatos surgiram e se desenvolveram às custas de recursos oriundos de contriuições espontâneas de seus associados;

2.º — CONSIDERANDO que dessa forma os sindicatos chegaram a reunir maiorias em cada categoria profissional, promovendo lutas que marcaram de maneira inesquecível o movimento sindical anterior ao Estado Novo;

3.º — CONSIDERANDO que justamente nesse regime ditatorial foi instituído o Imposto Sindical no molde das legislações trabalhistas dos regimes vigentes naquela época;

4.º — CONSIDERANDO que por ser compulsório, o Imposto Sindical torna-se um autêntico confisco no salário do trabalhador, que de direito e de fato é alimento, ocasionando seu desconto repulsa unânime e fuga do sindicato, verificadas pelos baixos índices de sindicalização;

5.º — CONSIDERANDO que os sindicatos, federações e confederações estão na dependência econômica do Imposto Sindical, e, através dele, do controle ministerial, o que lhes castra a autonomia;

6.º — CONSIDERANDO que tal regime de sobrevivência econômica é um desestímulo a toda sorte de atividade sindical, principalmente à sindicalização, proporcionando também a formação de uma casta de burocratas, desvinculados de reivindicações e aspirações da classe operária;

7.º — CONSIDERANDO que 20% de impostos arrecadados vão constituir-se no fundo social sindical, que o Ministério do Trabalho utiliza para fins ilícitos e de corrupção;

8.º — CONSIDERANDO que não será o Estado, com medidas de caráter corporativista e paternalista como o Imposto Sindical, visando o controle e a corrupção do movimento sindical, que auxiliará a emancipação dos trabalhadores;

¹⁷ Transcrito de "Extinção do imposto sindical". Pasta Movimento Renovador Sindical, Documento n.º 43.975. Arquivo do jornal O Estado de São Paulo.

9.º — CONSIDERANDO que é de meridiana clareza que a classe operária se libertará somente à custa de seus próprios recursos, esforços e lutas;

10.º — CONSIDERANDO que a liberdade e a autonomia sindicais são incompatíveis com a existência do Imposto Sindical;

1.º — O trabalhador vê no sindicato a entidade que é sustentada por um "Imposto", identificando-a com outras entidades que se sustentam da mesma forma, tais como os Institutos, as Repartições Públicas, etc.

2.º — O Imposto Sindical é um autêntico confisco no salário, contribuindo para que o trabalhador ainda mais se afaste do sindicato.

3.º — Tal regime de sobrevivência dá origem a uma casta de burocratas, vulgarmente conhecidos por "Pele-gos", que vive à sombra do Imposto Sindical, e cujos interesses nada têm a ver com os interesses da classe operária.

4.º — O fato de 20% do total arrecadado no Imposto Sindical destinar-se ao Fundo Social Sindical levou Segadas Viana, ex-Ministro do Trabalho, a escrever que "por meio do Imposto Sindical as regiões mais ricas colaborarão em benefício dos trabalhadores nas regiões mais pobres, através do Fundo Social Sindical". Ora, tal afirmativa é uma mentira. O sacrifício dos trabalhadores que se destina através do Imposto Sindical, ao Fundo Social Sindical, é miseravelmente roubado. Na Câmara Federal uma comissão parlamentar de inquérito constituída para o exame da aplicação das verbas do Fundo Social Sindical constatou a existência de "Atos danosos ao Erário Público, atos despudorados de locupletamento pessoal com dinheiros públicos e de imoralidade administrativa na aplicação de verbas para a propaganda pessoal". Sobre o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, conclui a Comissão Parlamentar: "O Sr. Deocleciano de Holanda Cavalcanti surge no presente inquérito, como um dos maiores beneficiários das imorais aplicações do Fundo Social. Apoderou-se indevidamente, em episódio narrado em páginas antecedentes — (compras de casas para trabalhadores financiadas pela Comissão do Imposto Sindical) — de Cr\$ 8.000.000,00 e de outras importâncias, inclusive de Cr\$ 13.066.566,80 que recebeu na qualidade de presidente da Confederação dos Trabalhadores da Indústria, cuja aplicação não comprovou".

5.º — A liberdade e autonomia sindicais se comprometem seriamente na atual estrutura do sindicalismo brasileiro, sendo que elas existem formalmente, no papel, e não de fato, em conteúdo.

É por tudo isto que propomos a esse conclave de trabalhadores ueq se manifeste pela imediata **extinção do Imposto Sindical**.

A literatura hoje existente tem dedicado boas páginas à análise do problema do imposto sindical e suas conclusões não têm sido diferentes das apontadas no texto acima. O MRS retomava as antigas posições dos comunistas que, agora incrustados dentro dos sindicatos, passavam a defender o imposto sindical (tal como os velhos burocratas), exigindo apenas não-interferência do Ministério do Trabalho na sua aplicação¹⁸. Essa foi uma das razões que levaram os renovadores a cunharem o termo “pelego vermelho” para designar os sindicalistas pecebistas.

Pode-se alegar que a extinção pura e simples do imposto sindical seria um golpe no MO, desestruturando a maioria dos sindicatos. E poder-se-ia suspeitar de intenções no MRS se acoplada a essa proposta viesse a de pluralismo sindical (e este, me parece, é um problema atual), pois aí veríamos as cúpulas sindicais negociando com patrões, Igreja, ORIT, IBAD, partidos políticos, etc., em busca de recursos, e provavelmente os primeiros sindicatos fortes a ressurgirem estariam mais distanciados da base — para dizer o mínimo — que os anteriores. Mas o MRS não defendia o pluralismo sindical como queria Antonio Chamorro¹⁹. O que ficava em aberto na proposta era o que até hoje não se resolveu satisfatoriamente no MO: a conciliação do fim do imposto com a sustentação financeira do sindicato. Caberia argüir se a solução mais conveniente não seria a extinção gradual do imposto, pensamento que não parece ter visitado a cabeça dos críticos do MRS, ocupados em exorcizar idéias radicais.

Timothy Harding lembra que, durante um certo período (logo após o II Congresso Sindical dos Trabalhadores de São Paulo), os pelegos amarelos como Ari Campista, Deocleciano de Holanda Cavalcanti e Sindulfo de Azevedo Pequeno, orientados pelo ORIT, apoiaram a luta contra o imposto como parte de um plano infrutífero de atrair e controlar os renovadores e isolar os comunistas.

18 NA PAUTA a extinção do imposto sindical. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 abr. 1960. p. 12.

19 CHAMORRO.

Contratos Coletivos de Trabalho²⁰

CONSIDERANDO que os entendimentos que se processam entre empregados e empregadores, caracterizam-se pela excessiva interferência governamental, através do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO que os acordos uma vez estabelecidos, com base em índices do custo de vida, de autoria dos poderes oficiais e nem sempre satisfatórios, vigoram por prazos fixos (um ano) sem que qualquer das partes tenha a possibilidade de denunciá-los;

CONSIDERANDO que os atuais acordos pecam pela base, pelo simples fato de não serem cumpridos pelos patrões, sem que os trabalhadores ou sindicatos tenham demonstrado, dentro do atual sistema, a capacidade de fazê-los e que, ainda agora, após o reajuste de 35 por cento, verificam-se nas empresas despedidas em massa e demissões de trabalhadores pelo salário mínimo anterior ao acordo, sem que o fato chegasse a mobilizar os sindicatos e os trabalhadores;

CONSIDERANDO que nos atuais acordos não é respeitado direito ao salário profissional, nem são incluídas cláusulas referentes à participação nos lucros, à higiene, à salubridade, etc.;

CONSIDERANDO que portanto o atual sistema de reajuste salarial não mais corresponde às necessidades e aos direitos dos trabalhadores, e deve ser substituído por outro que assegure as condições de vida do operário;

CONSIDERANDO que o contrato coletivo de trabalho, previsto no artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, apresenta sobre o sistema atualmente empregado a vantagem de libertar os trabalhadores da interferência excessiva do governo, através da Justiça do Trabalho, pois o referido contrato deve ser livremente negociado entre os empregados e empregadores e registrado em cartório, como qualquer outro contrato de aluguel, de compra ou venda, etc.;

CONSIDERANDO que o contrato coletivo de trabalho é negociado com base em índices sobre o custo de vida, elaborado pelos empregados e empregadores sem que o governo tenha a possibilidade de interferir, fixando o aumento com base nas suas estatísticas oficiais,

²⁰ Transcrito de "Contratos coletivos de trabalho", Pasta Movimento Renovador Sindical, Documento n.º 43.975. Arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Falta a página que contém os itens 3, 4 e 5 do tipo de acordo defendido pelo MRS.

O II Congresso dos Trabalhadores do Estado de São Paulo

R E S O L V E :

a) — que devem ser elaborados em mesas-redondas entre empregados e empregadores, contratos coletivos que substituirão os acordos atualmente vigentes, já superados pela realidade, e que os entendimentos nesse sentido devem ser iniciados imediatamente, pelos trabalhadores e pelos sindicatos paulistas;

b) — os contratos coletivos devem prever:

1.º — reajuste automático do salário em caso de elevação ou baixa do custo de vida;

2.º — a fixação do salário profissional para o conjunto das categorias, para grupos de empresas ou estabelecimentos isolados, mediante o cálculo da participação do trabalhador na elaboração dos produtos;

(...)

6.º — nenhum empregador pode admitir, segundo o contrato coletivo a ser elaborado, um empregado, a não ser nas condições de remuneração e de tratamento estabelecidas no contrato coletivo, equivalendo a violação da cláusula à denúncia do contrato por iniciativa do empregador;

7.º — o contrato de trabalho só entrará em vigor após ser aprovado em votação nos locais de trabalho e pelos empregadores incluídas as cláusulas locais elaboradas em entendimentos paralelos, entre a comissão de trabalhadores do local de trabalho e o empregador respectivo;

8.º — a negociação do contrato coletivo e a fiscalização serão realizadas nos locais de trabalho através de comissões de empresa, constituídas por trabalhadores eleitos na base de 1 por cento dos empregados.

A reivindicação do Contrato Coletivo de Trabalho serviu frequentemente como prova de que as propostas do MRS se vinculavam à política sindical da ORIT e CIOSL. Atitude sem dúvida justa no caso dos pelegos que também passaram a empunhar esta bandeira²¹. Estes últimos falavam de contratos coletivos como duas palavras ocas, tal como hoje qualquer pelego pede liberdade sindical.

²¹ MOÇÕES de apoio à revisão sindical. O Estado de São Paulo, São Paulo, 5 maio 1960. NOVO manifesto das três confederações. O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 maio 1960, p. 6.

É surpreendente que os autores que pretendem explicar as idéias do MRS como simples produto de importação não se perguntem porque elas se corporificam ao longo do tempo em teses relativamente bem elaboradas, que apontavam para o sindicalismo de base e independente do Estado, ao passo que propostas algumas vezes idênticas — mas apenas no **slogan** —, defendidas pelos velhos pelegos das confederações, cuja filiação a ORIT e CIOSL era de conhecimento público, nunca passaram de palavras de ordem vazias e só adotadas depois da popularidade que ganharam no Congresso de São Paulo.

A tese acima “curiosamente” não toca na questão do aumento por produtividade, tão cara ao chamado sindicalismo de negócios dos EUA e Europa Ocidental. Em seu lugar reivindica salário baseado no cálculo da participação do trabalhador na elaboração dos produtos e escala móvel que varie automaticamente de acordo com o custo de vida. Estabiliza-se o poder de compra saindo do ciclo interminável de greves para repor o que a inflação comeu e procura-se partir dum patamar aceitável com o estabelecimento do salário profissional, afastando a idéia de produtividade que supõe que há um salário justo e patrões e empregados a partir de agora progredirão juntos. Novamente a fábrica como local privilegiado da luta operária e a procura da democratização da organização. Como formar as Comissões? Elegendo um em cada 100 trabalhadores. Não sabemos se o MRS pensou nisso, mas decorria da proposta que apenas as grandes e médias empresas, isto é, principalmente as **multinacionais** e estatais constituiriam grandes comissões. Estranha orientação essa da ORIT.

Os pecebistas, empenhados numa política reformista, aliados com a burguesia nacional e o Estado e sem presença nos setores mais modernos da economia, preferiam se ocupar de temas como reforma agrária, ampliação do crédito à indústria e comércio nacionais, etc., limitando-se, na ausência de argumentos mais revolucionários ou mais sérios, a rotular os contratos coletivos de produto da ingenuidade estrangeira ou simplesmente evitando sua discussão.

Estas — especialmente as duas últimas, levantadas em todos os encontros sindicais — eram as principais propostas. Havia outras, como dissemos no início deste item. No II Congresso Sindical de Trabalhadores de São Paulo, por exemplo, havia propostas no sentido de fusão dos Institutos de Previdência e entrega de sua gestão aos trabalhadores através de eleições nos locais de trabalho; autonomia de última instância para as Juntas de Conciliação e Julgamento e prazo máximo de noventa dias para o término do julgamento; estabilidade para o empregado a partir do primeiro dia de serviço, pois os patrões costumavam demiti-los às vésperas do período de férias; pagamento de adicional de insalubridade, etc.

As decisões do Congresso exprimem de forma inequívoca a grande popularidade das propostas renovadoras. (Extraído de **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 1960, p. 10).

Imposto Sindical

Por unanimidade foi aprovada a proposta conciliatória apresentada pelo presidente do Congresso, Sr. Dante Pelacani, sobre o Imposto Sindical, a qual satisfaz as correntes favorável e contrária à extinção do imposto. Enquanto os renovadores pretendiam a extinção, pura e simples, considerando o Imposto Sindical a base e o maior mal do sindicalismo, os conservadores defendiam sua manutenção, alegando que muitos sindicatos não sobreviveriam à sua extinção.

A proposição aprovada harmonizou as duas correntes pois é contrária ao tributo mas aconselha sua extinção somente quando houver condições para modificação da atual estrutura sindical. A proposição salienta a propósito que se deve preparar "a vida dos sindicatos e outros órgãos aumentando a sindicalização dos trabalhadores e sua renda própria, para que no futuro se anule o Imposto Sindical".

Resoluções

(Extraído do jornal **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1960, 1.º maio, p. 27).

O relatório apresenta ao final as seguintes resoluções do II Congresso Sindical:

"No tocante à legislação do trabalho, empreender completa revisão, analisando todos os pontos anacrônicos, superados e incompatíveis com as aspirações do momento ou que se mostraram malsinados pela realidade.

No tocante à legislação sindical, reestruturá-la, visando torná-la mais dinâmica e assegurados os princípios da liberdade e autonomia sindicais, de modo a libertar o sindicato do insuportável intervencionismo ministerial.

No tocante ao salário, valorizá-lo tornando-o mais justo com a adoção do salário mínimo familiar e do profissional, capaz de enobrecer o trabalhador como ser digno de respeito e em condições de, efetivamente, participar de todas as riquezas, das quais é ele o principal artífice.

No tocante ao direito de greve, assegurá-lo como eficiente processo de luta e como um direito sagrado que não poderá receber restrições, porque é através dele que se consolidam direitos adquiridos e se conquistam novos.

No tocante ao contrato coletivo de trabalho, simplificá-lo, libertando-o das amarras da Consolidação, a fim de torná-lo justa força contratual e capaz de colocar os operários em pé de igualdade com os patrões na discussão das condições de trabalho e da remuneração do trabalhador.

No tocante à previdência social, reabilitá-la mediante a entrega de sua direção àqueles que, na verdade, para ela contribuem e para que dela possam receber os benefícios inscritos com sua finalidade, tornando mais humanas as condições dos que dela esperam assistência.

No tocante à previdência social, reabilitá-la medianlos, e exigir medidas que atenuem o sofrimento da classe operária, esmagada pela carestia, e incentivem o progresso nacional através da industrialização intensiva, sem, entretanto, vincular o futuro da Pátria e do Povo à exploração estrangeira.

No tocante à proteção ao trabalhador rural, debatê-la, visando a sindicalização e demais conquistas já alcançadas pelos trabalhadores, ao homem do campo, para transformá-lo num produtor e consumidor em condições de concorrer para o maior desenvolvimento do país.

No tocante à reforma agrária, finalmente, exigir para ela urgência e caráter inadiável e imprescindível, como o único processo de libertar definitivamente o país dos restos de sua estrutura anacrônica.

Se as deliberações, por um lado, exprimiam a correlação de forças e o compromisso estabelecido entre as diversas correntes, por outro não saíram do papel a não ser tenuamente, naquilo que interessava às forças que detinham maior controle do movimento sindical e suas organizações, os pecebistas e pelegos.

Conclusão

O complexo sistema de alianças gerado pela crise política que se abate sobre o país nos anos 60 não permite ilações fáceis quando se trata de compreender aquela realidade. De fato, não se pode deduzir da preferência que o **Estadão** tinha pelo MRS contra os pecebistas e pelegos que havia entre ambos total identidade de interesses. Para o **Estadão** importava combater o "perigo vermelho"

que ganhava cada vez mais influência nos sindicatos. E combatia os velhos pelegos porque levavam uma política de aliança com os pecebistas, no intuito de manterem seus cargos. Quando a aliança começa a se esfacelar, o jornal muda de tom e apóia também os pelegos. Da mesma forma apóia todos os outros "grupos renovadores" que vão surgindo, sejam católicos, como a Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT), que se propunha a "combater os excessos do capitalismo" (E.S.P., São Paulo, 27 maio 1960, p. 10), seja o Movimento Sindical Democrático (MSD), financiado pelo IBAD.

Também a adesão do MRS ao jânismo (maio de 1960) merece ser vista com maior cuidado. Os que criticam esta tomada de posição normalmente o fazem lembrando que Jânio era o candidato da União Democrática Nacional (UDN) e que Lott era o candidato "oficial" da esquerda. A verdade é que ainda nossa historiografia não deixou muito claro por que Jânio obteve uma vitória esmagadora e apareceu simultaneamente como o candidato das forças mais reacionárias e a esperança de melhoria de largas parcelas dos trabalhadores da cidade e do campo. Possivelmente os apelos que mais sensibilizaram o MRS foram os de combte à corrupção, que de resto encantaram quase todo o eleitorado, e seu apoio, durante a campanha, à liberdade sindical. De qualquer forma, parece que foi a partir desse momento que começaram a desmoronar a unidade e a força do MRS. Ele, que lutava contra a política partidária nos meios sindicais, perdeu a autoridade para a crítica quando, tangido pelas paixões e injunções da luta eleitoral, enveredou pelo mesmo rumo, tornando-se mais vulnerável aos ataques de seus opositores e decepcionando muitos dos seus seguidores.

Mas, como dissemos, o envolvimento com Jânio foi apenas o começo do fim de um movimento que criou raízes e marcou época nos meios sindicais de São Paulo, e seu significado não pode ser desnaturado com intreprefações que pretendam ver aí o encontro de um caminho que já se perseguia desde o nascedouro, ou o coroamento de uma história de oportunismo, ou ainda uma guinada completa para a direita. Para ilustrar esse ponto, podemos lembrar a greve dos metalúrgicos paulistas em novembro de 1960, quando o MRS lutou junto com os trabalhadores por um aumento de 40%, ao passo ueq o PCB aconselhava-os a aceitarem um aumento menor, desencorajando a continuidade da greve no momento em que o Ministro do Trabalho concedeu 35%. O MRS alegava que os metalúrgicos estavam fortes e unidos o suficiente para conseguirem os 40%, afinal aprovados pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Harding, que nos dá esta informação, também insiste em que jamais que o MRS aceitou auxílio do IBAD ou de organismos americanos, embora existissem ofertas.

Eis aí um pouco do que foi o Movimento Renovador Sindical,

lúcido o suficiente para não fazer coro com os defensores da ideologia nacionalista e que até hoje, tantos anos após seu desaparecimento, paga o preço de ter desafiado o monopólio do PCB na indicação de rumos para a luta operária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate & Crítica** (16) :49-74, 1975.
- 2 CHAMORRO, Antonio. O III Congresso Nacional dos Trabalhadores. **Revista Brasiliense** (31) :72-84, 1960.
- 3 COSTA NETO, Carlos Renato. O que é o movimento de renovação sindical. **Revista Brasiliense** (32) :59-87, 1960.
- 4 O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo. **Arquivo**. Documento n.º 43.975.
- 5 FÜCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros de trabalhadores; organização e função política**. Rio e Janeiro, Graal, 1980. 259 p.
- 6 HARDING, Timothy. Implications of Brazil's third labor congress. **Hispanic American Report**, 10 (10) :567-72, oct. 1960.
- 7 ———. **The political history and organized labor in Brasil**. Stanford, 1973. 690 p. Thesis, Stanford University.
- 8 JANGO critica as "metas" no Segundo Congresso Sindical. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 maio 1960, p. 27.
- 9 LANÇADO novo movimento de renovação sindical. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 maio 1960, p. 10.
- 10 MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **O estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1979. 190 p.
- 11 MOÇÕES de apoio à revisão sindical. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 maio 1960.
- 12 NA PAUTA a extinção do imposto sindical. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 abr. 1960, p. 12.
- 13 NOVO manifesto das três confederações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 maio 1960, p. 6.
- 14 RODRIGUES, José Aiberitno. II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. **Revista Brasiliense** (29) :75-8, 1960.
- 15 ———. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968. 215 p.
- 16 SANTOS JUNIOR, Teotônio. O movimento operário no Brasil. **Revista Brasiliense**, n. 39, 1962.
- 17 OS TRABALHADORES de São Paulo contra a trama continuísta. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 1960, p. 10.
- 18 WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra). **Estudos CEBRAP**, n. 4, 1973.
- 19 ———. **Sindicato e política**. São Paulo, 1972. Tese, Livre-docência.

PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES

FONTES PARA UM ESTUDO DEMOGRÁFICO

BEATRIZ TEIXEIRA DE MELO MIRANDA

Professora Assistente do Departamento de História da UFFr.

RESUMO

Os registros vitais explorados pela Demografia Histórica permitem não só entender a estrutura e a dinâmica da população, mas são fontes preciosas para analisar aspectos econômicos, religiosos e do estado sanitário da mesma.

Pesquisa realizada na Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba para o período de 1851 a 1880 evidenciou, através dos registros de 1141 óbitos, dados importantes a respeito da mortalidade e da **causa mortis**. Contudo, dada uma série de falhas nos registros, a análise prendeu-se apenas a uma parte dos mesmos, sendo porém uma amostra suficiente para detectar o estado sanitário da população. Doenças epidêmicas e endêmicas a que a cidade está sujeita, são registradas e analisadas, associadas às transformações político-econômicas e sociais, por que passa a sociedade curitibana naquela conjuntura.

Ficou claramente evidenciado que o problema das doenças não se localiza na causa da morte, mas no estado sanitário da população. Estado sanitário este deficitário, favorecendo a proliferação de inúmeras doenças que em outra situação seriam minimizadas e talvez não ocorressem. É o caso das doenças epidêmicas responsáveis por inúmeras mortes, as quais são registradas com imprecisão, como por exemplo: febre maligna, pois a população não só não dispõe de atendimento médico, como também não possui meio de evitá-las através de cuidados sanitários. Na impossibilidade de obter dados sobre a saúde pública nos fins do século XIX, devido à quase inexistência de órgãos que a exercitem, surge a necessidade de busca de novas fontes. Estas, relacionando o binômio população-saúde, só são possíveis em Curitiba para o século XX, onde a ação efetiva de órgãos públicos já existe. As novas fontes estão representadas pelos arquivos da saúde pública, cartórios de registros civis e hospitalares.

A história como outras ciências vem sofrendo uma profunda mutação nos últimos anos. Atualmente seu domínio ilimitado ocupa áreas já abordadas por outras ciências ou sobre as quais pouco se trabalhou. Estas novas abordagens da História incorporam o social, o religioso e o demográfico entre outros, enriquecendo a metodologia histórica, levando o historiador à busca de novas fontes. Fontes, até então domínio da medicina social, sociologia e planejamento, passam a ter uma outra expressão através da renovação dos estudos históricos. Desse modo, registros paroquiais e civis, vistos dentro de uma abordagem dada pela Demografia Histórica, passam a refletir não só a importância dos estudos da população, como nascer, reproduzir e morrer, mas mostram um conteúdo eminentemente social, ou seja, em que condições se realizam.

Os registros vitais explorados pela Demografia Histórica permitem não só entender a estrutura e a dinâmica da população, mas são fontes preciosas para analisar aspectos econômicos, religiosos e do estado sanitário da mesma.

Pesquisa realizada na Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba entre 1851 e 1880 evidenciou, através dos registros de batizados, casamentos e óbitos, que aquela realidade social, econômica e religiosa só pode ser entendida se observadas as transformações conjunturais por que passa a sociedade curitibana ante o processo político e migratório.

A análise daquela população através das fontes paroquiais trouxe uma outra perspectiva em relação ao estudo do estado sanitário da população. No total, foram levantados 1.141 registros de óbitos para o período, onde 73,18%, ou seja, 835 indivíduos foram registrados sem **causa mortis** conhecida. Portanto, a análise da mortalidade, variável das mais importantes na Demografia Histórica, perde muito de sua significação pois o estado sanitário da população não pôde ser detectado. Não significa porém, que o estudo realizado sobre os registros de óbitos, para a segunda metade do século XIX, apesar dos numerosos obstáculos de ordem informativa e técnica, deixe de ser analisado e repensado a partir de outras fontes, pois somente assim a mortalidade, enquanto fenômeno biológico, social, econômico, religioso e demográfico, poderá ser explicada.

Os registros paroquiais de óbitos, assim como outras fontes relacionadas ao estudo, se por um lado apresentam dificuldades e imprecisões, por outro, permitem visualizá-las enquanto elemento associado a outras variáveis que interferem na saúde da população, permitindo igualmente trazer novas contribuições a propósito da mortalidade.

No levantamento dessas fontes constataram-se surtos epidêmicos de varíola, sarampo e escarlatina em tendência crescente, não apenas na população local, como também nos contingentes migratórios. Portanto, as **causa mortis** registradas por estas doenças evidenciam não apenas a causa da morte, mas sobretudo o deficitário estado sanitário daquela população. Ressalte-se que em apenas 26,82%, ou seja, 306 indivíduos, a **causa mortis** foi mencionada. Evidentemente, o uso paralelo de outras fontes torna-se necessário para melhor avaliar a mortalidade em Curitiba entre 1851 e 1880, com suas implicações. A precariedade da assistência médica prestada à cidade na época, a impossibilidade do uso de aparelhamento e técnicas mais sofisticadas para determinar a doença permitem apenas o diagnóstico clínico da **causa mortis**.

... em meados do século XIX não se podia proceder à confirmação do diagnóstico das doenças infecciosas e pa-

rasitárias por meio dos exames de laboratório, pois isso era impossível, uma vez que a descoberta do primeiro micróbio causador de doença no homem só ocorreu em 1873, na Noruega, quando Armaeur Hansen reconheceu a bactéria causadora da Lepra (*Mycobacterium leprae*); — não eram conhecidas — e, portanto, não identificadas — diversas doenças pertencentes a grupos nosológicos, hoje em dia, perfeitamente determinados; citamos entre estes o das doenças alérgicas que somente foram perfeitamente conhecidas depois dos estudos de von Pirquet, pediatra austríaco, feitos entre 1906 e 1910¹.

Para o presente estudo, tomou-se o cuidado de colocar, em seguida ao nome da **causa mortis** mencionada nos assentamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, o nome técnico da causa de morte, admitindo que, algumas vezes, esta maneira não tenha correspondido à realidade, devido à precariedade dos informes. Para tal, foi utilizada a Classificação Internacional de Doenças², fonte que menciona a doença e seu referido código.

Com a finalidade de obterem um entendimento universal, os diversos organismos internacionais buscaram, desde há muito, um código único de doenças e causa de morte. A princípio, foi a Liga das Nações que tratou do problema. Com a posterior fundação da OMS (Organização Mundial da Saúde), o assunto continuou a ser considerado e aperfeiçoado. Eis que, recentemente, a Décima Nona Assembléia Mundial da Saúde, em 1957, revisou o tema e elaborou a atual Classificação Internacional de Doenças que, como as outras, tem sempre um número de código para cada doença, igual para todas as nações, seguindo do nome da doença na respectiva língua.

Em Curitiba, já capital da província, havia um único médico, o Dr. José Cândido da Silva Murici, natural da Bahia e onde se formou. Era 2.º tenente cirurgião do Corpo Fixo aqui sediado. Em data de 26 de abril de 1854 foi nomeado pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos para servir interinamente o emprego de Comissário Vacinador provincial, com o ordenado de trezentos mil réis³.

Facilmente se compreende que era impossível a um facultativo, preso aos deveres militares que acumulou com os de ordem sanitária pública, ser também um verificador de óbitos, como hoje em dia

¹ Segundo depoimento do Professor Dr. Ruy Noronha MIRANDA em entrevista concedida à Professora Beatriz T. de Melo Miranda, em 20 de maio 1976, no Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo, em Curitiba.

² ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Manual de classificação estatística internacional de doenças, lesões e causas de óbito. Washington, D.C., 1969, v. 1, p. 112.

³ STELLFELD, Carlos. As artes médicas no Paraná provincial. Tribuna Médica, 1(4) :6, 1958.

tantos existem em serviços médico-legais. Segundo o mesmo autor, somente em 1855, um ano depois, chegou a Curitiba, onde esteve temporariamente, o Dr. João Maurício Faivre, colonizador e médico natural da França; e um ano mais tarde, em 1856, um terceiro facultativo residia em Curitiba, o Dr. Joaquim Inácio Silveira da Mota.

A análise das "causas específicas" como responsáveis pelos óbitos permite várias colocações. Grande parte das pessoas falecidas não tiveram assistência médica, pelas mesmas razões apontadas anteriormente. Daí a precariedade dos diagnósticos feitos por leigos. em muitos casos, a razão apontada para o óbito esteve longe de ser a verdadeira causa. Afirmam os técnicos em estatística médico-sanitária que somente com perfeitos serviços de verificação de óbitos, com o uso do exame necroscópico, é que chega-se ao reconhecimento da exata razão da morte, pois mesmo os diagnósticos clínicos para a atribuição da **causa mortis** feitos pelos melhores médicos estão sujeitos a numerosos erros.

Em muitos casos, houve dificuldade para situar a causa mencionada da morte dentro da Classificação Internacional de Doenças. Em outros, a menção era de tal forma imprecisa que poderia sugerir diversas e distanciadas doenças. Assim, sobre os aspectos estatísticos e epidemiológicos, as fontes estudadas fornecem informações bastante precárias. Contudo, foi possível analisar os pormenores de alguns títulos:

! **Tosse** — este sintoma é tão ubiqüitário que pode sugerir numerosas origens. É cabível identificá-lo com a coqueluche (a **tosferina** dos castelhanos), dada a predominância do mesmo no quadro sintomático dessa doença.

! **Estrepe** — a única razão para que um estrepe, uma vez penetrado causando ferimento em alguém, produza a morte, é a de ter o mesmo veiculado o **Clostridium tetani** e provocado a infecção tetânica que, em geral, se manifesta sete dias depois do acidente. Estas as razões de considerar-se como tétano os casos de morte por "estrepe".

! **Boubas** — no dicionário brasileiro significam tumorações da pele. Há uma doença similar à sífilis que se denomina boubas ou framboesia. Tendo em vista a inexistência desta última no Paraná⁴, como também a idade em que ocorreram os óbitos por "boubas", seis meses e sete anos, admite-se, portanto, como casos de sífilis congênita.

Gale — não se encontrou no vocabulário brasileiro esta palavra. Duas hipóteses são cabíveis para o verdadeiro significado como doença: como sendo sarna, usada como galicismo (**gale**, sarna em francês) devido à presença no Paraná, no período estudado, do médico

⁴ MIRANDA, Ruy Noronha. Boubas no Paraná. *Revista Médica do Paraná*, 1 (3) :135-40, mar. 1948.

francês Jean Maurice Faivre; ou como sendo sífilis adquirida, venérea, pela sua analogia com a expressão sinônima dessa palavra, qual seja, "mal gálico". É mais possível esta última hipótese, pois a sarna propriamente dita é também mencionada. É de estranhar ter sido a sarna a causadora de três óbitos; a não ser que esta parasitose se associasse a grave complicação, ela jamais poderia ser, por si só, causadora de óbito.

II Moléstia da língua — pode ser muito variada a etiologia de uma tal "moléstia": sífilis — 091.8; monilíase — 112, blastomicose sul-americana — 116.2, etc. Optamos, entretanto, pela possibilidade de tratar-se de neoplasma maligno, por ser ele mais freqüente que as outras doenças mencionadas.

VIII Icterícia — é sintoma comum atribuído a numerosas doenças do fígado de ordem funcional. Duas hipóteses importantes devem ser mencionadas, entretanto, por suas conotações de ordem sanitária e epidemiológica: a febre amarela — 060, e a moléstia Weil ou espiroquetose icterohemorrágica — 100.0, pois sabe-se que tanto uma como outra destas ditas doenças eram, até pouco tempo, endêmicas no estado do Paraná.

X Partos — "Morreu de parto" é expressão popular usual Ninguém, em verdade, morre "de parto", que é um ato fisiológico e não uma doença. Por isto mesmo, o grupo XI da Classificação Internacional de Doenças é intitulado "Complicações da gravidez, do parto e do puerpério".

Exame especial merece o título "febre maligna" no grupo I, o qual julga-se certo identificar como malária terçã maligna — 084.0, a forma mais mortífera da parasitose de Laveran. A este título foram atribuídos 101 óbitos entre as causas específicas, isto é, quase 33% dos casos. É lamentável que isto tenha ocorrido quando a quina — remédio específico da malária — já era conhecida há mais de 30 anos, desde que, em 1820, Pelletier e Caventou, químicos franceses, isolaram a mesma da casca da **Cinchona**, árvore originária do Peru.

A ocorrência de óbitos para malária, em Curitiba, onde a doença não existia em caráter autóctone, é explicada por Souza Araujo (1919), ao estudar o impaludismo no litoral paranaense:

Pelo exame hematológico verificamos tratar-se de terçã maligna... nas épocas epidêmicas é costume da gente abastada, quando enferma de malária, subir a serra e ir curar-se em Curitiba⁵.

⁵ SOUZA, H. Cesar Araujo. *Prophylaxia rural no estado do Paraná*. Curitiba, Liv. Econômica, 1919. p. 234.

Realmente, nos meados do século XIX, todos os doentes vinham buscar recursos em Curitiba, uma vez que não havia médico no litoral do Estado.

Um outro ponto a analisar é a ocorrência mínima do câncer como causa de morte, conhecida que é a incurabilidade desta doença, mormente em tempos passados. A explicação pode ser dada com base em dois motivos: ou devido à precariedade dos meios de diagnóstico na época estudada, já que a confirmação anátomo-patológica das doenças (a única possível em casos de câncer) só começou a ser feita na segunda metade do século XIX, especialmente depois dos importantes estudos do patólogo alemão Virchow; ou devido ao câncer ser bem menos freqüente no século passado que na atualidade. Hoje, quando ele ocupa um dos três primeiros lugares como causa de morte, bem se vê que é uma doença que acompanha inexoravelmente a evolução social.

É preciso reconhecer, conforme já assinalado anteriormente, que as fontes do presente trabalho, dadas as suas imprecisões e pequena expressividade, não permitem conclusões maiores no domínio histórico e sociológico.

A análise das causas de morte mencionadas não permite reconhecer índices de mortalidade infantil e perinatal, uma vez que não há menção de morte por desidratação, gastro-enterite, distrofias alimentares, natimortos, etc. Acredita-se que muitas dessas mortes seguramente ocorreram e estão entre as causas não específicas, ou então há subregistros de mortalidade infantil.

A altíssima percentagem de mortes causadas por motivos não especificados ("Causas não especificadas"), ou seja, 73,18%, apenas autoriza reconhecer:

1. carência de informes técnicos;
2. precariedade da assistência médica na época devido ao ínfimo número de profissionais;
3. uma idéia falsa da nosologia da área analisada, devido à afluência de doentes de outras regiões a Curitiba, com nosologia diversa, devida às condições ecológicas.

A análise do estado sanitário da população da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba entre 1851 a 1880, através do estudo da **causa mortis**, mostrou anecessidade de trabalhar com outras fontes que evidenciassem muito mais do que a causa de morte, o estado de saúde dessa população, como também a relação entre saúde e condições de vida e com os fatores que exerçam influência sobre a população e seu bem-estar.

População, saúde e política, relacionam-se sempre. O significado histórico desse condicionamento é profundo. Os indivíduos e grupos sempre se articularam às necessidades do Estado. Desde a política mercantilista, um dos objetivos era melhorar o modo e o padrão de vida da população. E nos tempos modernos, pois que aparece uma consciência clara quanto à íntima articulação das condições sociais e dos problemas médicos.

Hoje, época de crise e tempo de transição, marcados por uma total reavaliação de valores, há necessidade cada vez maior de abordar fontes e estudos sobre doença e saúde, para então avaliar a própria força política e econômica do Estado.

A questão das Instituições de Saúde tem sido no Brasil, como nas demais formações sociais capitalistas, a partir do pós-guerra (entre 46 e 50) e sobretudo nos últimos 20 anos, a questão das políticas de Saúde com maiúscula, isto é, das políticas que o Estado desenvolve face à saúde da população ⁶.

A pesquisa realizada nos registros da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba entre 1851 a 1880, mesmo com a imprecisão dos dados, dos subregistros, mostrou fontes valiosas e importantes na medida em que permitiu colocar o problema num aspecto mais amplo, ou seja, o estado sanitário da população. Esta preocupação básica para entender tanto estrutura como dinâmica da população pode e deve ser colocada no contexto das explicações que exigem a análise de todas as outras fontes possíveis sobre o binômio população-saúde. Dada a impossibilidade de fontes relativas à saúde da população na Saúde na 2.ª metade do século XIX, em Curitiba, a não ser através da documentação da Santa Casa de Misericórdia e de alguns cartórios de registros civis, fundados também na 2.ª metade do século XIX, os registros paroquiais revelam-se fontes importantes. Acrescente-se que subregistros, imprecisões e falhas, à falta de informações estatísticas, ocorreriam do mesmo modo nas demais fontes referidas, pois o problema situa-se na conjuntura.

Em Curitiba na 2.ª metade do século XIX, não há uma efetiva ação do Estado em relação à Saúde daquela população. É somente no século XX, com a criação de órgãos destinados a melhorar o estado sanitário da população, que ocorre uma política mais preocupada com a saúde.

Desse modo, fontes novas surgem, passando a constituir acervo importante para pesquisas históricas e para novos estudos sociais, abrindo novos campos para o historiador. A análise histórica determina através dessas fontes uma relação maior entre a história e o estudo da história médica, através de um interesse comum: a saúde em seus vários aspectos.

⁶ LUZ Madel Therezinha. As instituições médicas no Brasil. Rio de Janeiro. Graal, 1979. p. 13.

Dai o novo levantamento de fontes das doenças que poderiam representar o estado de saúde da população de Curitiba. Lepra, tuberculose, verminose, doenças venéreas e doenças diarréicas são endêmicas em Curitiba, e permitem mais satisfatoriamente mostrar não apenas o estado de saúde com suas implicações econômicas e sociais, como também a preocupação e a ação do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 LUZ, Madel Therezínha. **As instituições médicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 295 p.
- 2 MIRANDA, Ruy Noronha. Boubá no Paraná. **Revista Médica do Paraná**, 1(3) :135-40, mar. 1943.
- 3 ———. **Depoimento**. Curitiba, 1976. Entrevista concedida a Beatriz T. de Melo Miranda em 20 maio 1976, no Centro de Estudos Leprológicos Souza Araujo.
- 4 ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Manual de classificação estatística internacional de doenças, lesões e causas de óbito**. Washington, D.C., 1969. v. 1.
- 5 SOUZA, H. Cesar Araujo. **Prophylaxia rural no Estado do Paraná**. Curitiba, Liv. Econômica, 1919. 474 p.
- 6 STELLFELD, Carlos. As artes médicas no Paraná provincial. **Tribuna Médica**, 1(4) :6, 1958.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO PARANÁ: ACERCA DO PASTOR FRIEDRICH WILHELM BREPOHL

MARIONILDE DIAS BREPOHL

Licenciada e bacharel em História.
Mestranda de História Social, pela Universidade Federal do Paraná.

1. Introdução

O projeto que ora se apresenta objetiva o desenvolvimento de uma dissertação de doutorado na área de História Econômica e Social junto à Divisão Latino-Americana do Instituto de Estudos Românicos — Universidade de Erlangen-Nuerenberg. Tal pesquisa será financiada pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (**Deutscher Akademischer Austauschdienst** — DAAD), a partir de 1982.

Este estudo se integra não somente ao conjunto de pesquisas do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, mas também aos estudos sobre Emigração para o Brasil, realizados junto à Divisão Latino-Americana da referida Universidade de Erlangen-Nuerenberg.

2. Objetivos Gerais

— Analisar o processo migratório dos alemães a partir do desenvolvimento e expansão do capitalismo — e as formas de inserção econômica, política, social e cultural deste grupo na estrutura de classes da sociedade brasileira;

— Verificar a serviço de quê e de quem esteve a ideologia forjada de dentro deste grupo, ideologia esta fortemente influenciada pelo nacional-socialismo da Alemanha hitlerista daquela época.

3. Justificativa

As pesquisas sobre imigração no Paraná, e particularmente sobre a imigração alemã, estão inseridas em um projeto mais amplo, qual seja,

Reconstituir historicamente um quadro tão completo quanto possível da sociedade e da economia paranaense¹.

Ao se constituir parte de um projeto de tal amplitude, o tema sobre imigração alemã adquire fundamental importância, de vez que estes imigrantes no sul do Brasil formam um grupo de caráter étnico-cultural incluído em outra comunidade historicamente estabelecida: a comunidade luso-brasileira. O que se observa neste grupo é um caráter de fechamento (**Verschlossenheit**) que objetivava uma preser-

1 BALHANA, A.P. A evolução demográfica de Curitiba no século XIX. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História (15) :5, 1972.

vação cada vez maior da etnia e cultura. Neste sentido, a religião luterana adquire uma função legitimadora de tal preservação. Tal fechamento se pretende analisar no decorrer deste estudo.

4. Resumo do Plano de Pesquisa

Os alemães imigrados para o sul do Brasil constituem um grupo incluso em uma sociedade historicamente determinada, profundamente impregnada pela escravidão, dependência e colonialismo.

O que se pode observar desde as primeiras correntes migratórias (1850-1888) até a conjuntura do pós-guerra (1945 em diante) é a criação de uma comunidade à parte, fechada culturalmente em relação à sociedade brasileira.

A religião evangélica luterana, como já foi dito, constituiu-se num dos fatores explicativos de tal comportamento. E é acerca das atividades de um líder religioso, o Pastor Friedrich Wilhelm Brepohl (1878-1951), que se propõe estudar a ideologia emergente de tal comunidade.

A viabilidade deste estudo se dá a partir da obra literária de F. W. Brepohl, dada sua extensão (são 151 obras conhecidas) e também pelo que nela está refletido acerca da imigração alemã e da mentalidade desta população.

Neste trabalho, buscar-se-á exaurir a totalidade de dados empíricos que tal grupo nos possa oferecer, tentando detetar precisamente sua ideologia, manifesta em todos os níveis de sua realidade: economia, cultura, política, vivência religiosa, arte e costumes.

O tratamento a ser dado na questão da Imigração Alemã será o de uma fração da classe dominada na Alemanha, proveniente do meio rural, que resulta em grupos diversos e diferenciados socialmente, e que, até saírem de sua terra natal, encontram-se em uma fase de sustentação do sistema dominante.

Da parte do grupo, não há qualquer questionamento acerca do processo histórico que envolve a exclusão deste contingente populacional de seu espaço de origem: as secas, o inverno rigoroso, a alta dos preços são causa, por si mesmas, de seu afastamento. A existência de possibilidade de trabalho no Brasil, em região de clima semelhante a de seu país, aliada ao incentivo governamental são os fatores decisivos para sua instalação. Esta é a leitura que têm estes homens de sua própria História.

E é com a finalidade de acompanhar tal grupo que o Pastor Friedrich Wilhelm Brepohl vem se instalar no Brasil, para exercer suas atividades religiosas e políticas.

Através de tais atividades, de sua atitude pessoal perante a vida (e a de sua família) e de sua elaboração da realidade (expressa em sua produção literária), procurar-se-á adentrar a instância ideológica deste grupo, cuja individualidade histórica ainda precisa ser explorada.

Para tanto, as suas obras, os testemunhos orais, os dados quantitativos disponíveis sobre imigração alemã, os periódicos da época, a conjuntura econômica onde tais imigrantes atuavam como mão-de-obra, constituir-se-ão em base empírica desta pesquisa, que se propõe, a partir do estudo de um "intelectual orgânico" (no sentido que Gramsci deu ao termo²), o acesso a uma realidade mais ampla, a saber, o cotidiano, o pensar e o agir, a **Weltanschauung** dos alemães imigrados para o Paraná nos fins do século XIX e início do século XX.

5. Metodologia

O caráter deste trabalho é a interdisciplinaridade. Nele procuraremos associar à História, a Filosofia, a Sociologia, a Literatura, e alguns instrumentais da Demografia.

Em que pese ser a produção literária do Pastor F. W. Brepohl o cerne de nossas investigações, procuraremos outras fontes complementares que busquem avaliar a representatividade dos pensamentos refletidos em suas obras.

Em primeiro lugar, um estudo sobre a economia e sociedade paranaense nos séculos XIX e XX, aliada ao seu contexto global, seja ele o desenvolvimento a longo prazo³ do capitalismo no Brasil, bem como suas crises de legitimação⁴ enquanto país de economia periférica.

Em um segundo momento, buscaremos analisar o processo migratório internacional nos diferentes períodos em que o Brasil recebeu os camponeses alemães. Tais camponeses se instalaram nas chamadas regiões vazias⁵ do país. Neste sentido, procuraremos estudar exaustivamente os "fatores de expulsão" destes imigrantes.

Em seu terceiro momento, buscaremos analisar a conjuntura do autor: seus antecedentes históricos na Alemanha (escolas que frequentou, estudos superiores realizados), sua representatividade enquanto líder político e religioso no Brasil, sua atuação no meio rural e

2 GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

3 VOGT, W. et alii. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.

4 HABERMAS, J. *Legitimationsprobleme im spaetkapitalismus*. Frankfurt-am-Main. Suhrkamp, 1980.

5 É necessário que se destaque a discordância com relação a este termo, pois que na realidade estas regiões eram ocupadas, ainda que com baixa densidade demográfica, por populações aborígenes, ex-escravas e camponesas de origem portuguesa.

urbano (diferenciadamente), seus hábitos cotidianos. Aí, a história oral tem relevante importância, dado que membros de sua família bem como alguns amigos ainda estão vivos e fixando residência no Brasil e na Alemanha.

Finalmente procuraremos trabalhar o conjunto de sua produção literária, utilizando como técnica de pesquisa a análise de conteúdo de suas obras a partir da Ficha de Análises Bibliográficas⁶ (cf. Anexo), para cada uma de suas obras.

Esta ficha possui algumas alterações em relação à original, pois que necessitamos adaptá-la especificamente para o nosso trabalho.

Nosso estudo voltar-se-á à análise destas obras, cujos temas principais por ele abordados foram arrolados da seguinte maneira:

1) **Germanismo (Deutschtum)** — Cerca de 40 obras que versam sobre temas tais como judaísmo e germanismo, preservação do germanismo fora da Alemanha, Aculturação, Luteranismo como parte integrante da cultura alemã. Tais temas configuram a preocupação básica detectada na obra deste escritor.

2) **Imigração** — Cerca de 40 obras sobre as migrações alemãs, entre as quais as dos menonitas (exemplo de preservação cultural). Nestes escritos, observa-se a concepção positivista de história adotada pelo autor.

3) **Religião** — Cerca de 45 obras de caráter teológico, como por exemplo, Vida Religiosa, Reforma Protestante e Unificação Alemã. O teísmo implícito de Nietzsche, ética econômica e cristianismo.

4) **Ciganos** — 11 obras sobre cultura e migrações dos ciganos.

5) **Política** — 20 obras de História Política ou ainda de sugestões de políticas econômicas a serem adotadas em países como o Brasil (tendo como referência as políticas econômicas existentes na Alemanha da época).

6) **Literatura, Educação e Cultura** — Constitui-se num grupo de opúsculos que visa a motivar a comunidade de imigrantes alemães ao hábito de leitura, criação de escolas e culto à língua e cultura alemã.

É preciso frisar que tal exegese, artesanalmente trabalhada, deverá fazer-se cercar de uma rígida visão de conjunto. No proceder

⁶ BALHANA, A. & WESTPHALEN, C. Uma ficha de apoio para o Seminário de Análises Bibliográficas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7.ª ed., Belo Horizonte, 1973. Anais, São Paulo, 1974. p. 981-2.

dialético entre o geral e o específico, pretendemos fugir ao risco de isolar uma realidade regional, risco este em que o Método Monográfico, por si só, acaba por incorrer. Em síntese, a História total visa estar permanentemente presente no decorrer de nossas investigações.

6. Situação da Pesquisa

O processo histórico dos deslocamentos populacionais da Alemanha é de grande interesse para os estudos históricos e sociológicos realizados atualmente naquele país. Quanto ao Brasil, as pesquisas referentes a esta temática, no que tange principalmente ao Paraná, deram ênfase, até o momento, aos aspectos demográficos e econômicos deste fenômeno, enfocando a contribuição que esta leva migratória deu ao processo de modernização e urbanização, onde os fatores culturais também ocupam posição de destaque. Ao voltarmos-nos, contudo, à análise das instâncias ideológicas deste grupo, bem como de seu ingresso na estrutura de classes (em processo de consolidação na sociedade brasileira de então), procuraremos realizar um trabalho inédito nesta área, visando ainda a contribuir criticamente às pesquisas sobre os deslocamentos populacionais realizados pelas exigências de expansão do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BALHANA, A. P. A evolução demográfica de Curitiba no século XIX. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História* (15) :5-54, 1972.
- 2 ——— & WESTPHALEN, C. M. Uma ficha de apoio para o Seminário de Análises Bibliográficas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7.^a ed., Belo Horizonte, 1973. *Anais*. São Paulo, 1974. p. 931-2.
- 3 GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 341 p.
- 4 HABERMAS, J. *Legitimationsprobleme im spaetkapitalismus*. Frankfurt-am-Main, Suhrkamp, 1973. 185 p.
- 5 VOGT, W. et alii. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980. 139 p.

Autor:

Nome _____

Local e data de nascimento _____ Morte _____

Funções principais que exerceu _____

Trabalhos científicos principais _____

Principais obras publicadas _____

Referências principais à sua obra: _____

Obra:

Título _____

Tradutor _____

Prefácio _____ Sumário _____

Ilustrações _____ Resumos _____

Índices _____ Apêndices _____

Editor _____ Nº da edição _____ Nº de páginas _____

Local _____ Ano _____ Preço _____

Conjuntura:

O meio _____

Os homens _____

Os acontecimentos _____

A política _____

As economias _____

As sociedades _____

Infra-estrutura:

Plano

Natureza e forma _____

Ordenação da matéria _____

Germanismo	Luteranismo	Imigração	Cultura

Quadros de Referência Temático-Ideológicos

Problemática _____

Hipóteses _____

Conteúdo:

Tema principal _____

Temas secundários _____

Introdução _____

Súmula _____

Resultados _____

Conclusões _____

Críticas:

Do resenhista _____

De especialistas _____

Contribuição a obra } à sociedade brasileira _____

 } à sociedade emigrada _____

Conclusões do resenhista:

(*): Adaptada da Ficha de Análise Bibliográfica, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

NOTAS DE LEITURA

CARDOSO, Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba, Projeto/Sece, 1981. 78 p.

Os mapas são bem mais antigos que a História, considerando-se o início desta com o aparecimento dos primeiros documentos escritos.

Já foram encontradas interessantes representações gráficas, a partir da Idade do Bronze, confeccionadas por povos primitivos; os peles-vermelhas possuíam excelente aptidão para este mister, registrando em diversos materiais, entre os quais peles de animais, eventos históricos, itinerários e territórios.

No entanto, desde a Antigüidade até há bem pouco tempo, a ênfase principal dos mapas era dirigida à representação da Terra ou uma superfície dela, em seus aspectos naturais e artificiais, os mais próximos da realidade possíveis.

Os mapas históricos são de passado recente.

Com eles, a difícil e exaustiva construção histórica, tão dependente da documentação, passou a contar com uma nova fonte.

No Brasil, os Atlas históricos são poucos, muito poucos.

E como são necessários ao estudo e compreensão da História. Nelles, visualizam-se os comportamentos das populações, correlacionando-as com o meio em que viveram.

As mudanças, os movimentos, partes inseparáveis das **estruturas**, são mais facilmente entendidos à luz dos mapas históricos.

O ano de 1981 viu preenchida uma grande lacuna no estudo e no ensino da História Paranaense com a publicação do notável **Atlas Histórico do Paraná**, dos eméritos Mestres Cecília Maria Westphalen e Jayme Antonio Cardoso.

A obra, abrangente, enfoca desde as populações pré-históricas paranaenses, determinando as zonas ocupadas por determinados grupos bem como as densidades dos mesmos, até as comunidades urbanas do Paraná de hoje.

O exaustivo trabalho dos autores junto às fontes da História demográfica paranaense, das mais antigas como estimativas européias, informações de indígenas e jesuítas, arquivos paroquiais e cartoriais até as modernas fontes da atualidade, impregna todo o trabalho.

O **Atlas** permite uma visualização perfeita entre a História demográfica, a econômica e a social.

O interessado, ao percorrer suas páginas, realizará uma notável **viagem** em que acompanhará o Homem consumidor e produtor, inserido no contexto histórico e físico, podendo, ao fim dela, melhor vislumbrar a História Global de nosso Estado.

Dezenas de mapas, de qualidade gráfica superior, falam por si mesmas da tremenda expansão para o oeste, acarretando às vezes a expropriação das antigas comunidades indígenas; outras tantas, a epopéia da árdua conquista do território que hoje constitui o Paraná.

Além de uma preciosa introdução sobre a formação histórica do Paraná, todas as pranchas são acompanhadas de textos sintéticos mas precisos, que completam a obra visual.

Do ouro ao gado, da erva-mate à madeira, da cafeicultura à agricultura diversificada atual, através das páginas do **Atlas**, o ser humano vai ocupando gradativamente nosso espaço, de Paranaguá aos Campos Gerais, destes ao Norte e deste ao Sudoeste e Oeste atuais.

Mapa após mapa, graficamente estão registradas as rotas das bandeiras, as fundações das antigas vilas, a chegada dos imigrantes que tanto nos vieram ajudar em nosso desenvolvimento, os antigos caminhos indígenas e as recentes ferrovias e rodovias.

Enfim, ao examinar-se o **Atlas**, fica nítido o processo descontínuo e lento da ocupação do território que hoje é o Paraná.

Particularmente, para os estudantes do primeiro e segundo grau, o **Atlas Histórico do Paraná** é, sem dúvida, uma **lanterna** a alumiar a **história invisível** dos longos textos e documentos que muitas vezes eles sentem dificuldade em entender em sua totalidade e profundidade.

O ensino do Paraná fica engrandecido com esta obra válida para o hoje e o amanhã, e nós, além do mais, ficamos mais uma vez jubilosos por mais esta lição de nossos tão queridos Mestres .

Antonio Carlos Proença

DE DECCA, Edgard S. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

O livro de Edgard De Decca era esperado, por muita gente, com grande expectativa: **O silêncio dos vencidos**, quando ainda no prelo, alguns meses antes de seu lançamento na SBPC-81, já era um referencial que nos prometia questionamentos vários. E foi com enorme curiosidade, e garanto que sem nenhum "pé-atrás" prévio que comeci a lê-lo. Afinal de contas, a gente se preocupa com a história, a historiografia, os embates e os impasses da teoria da história, seja a

nível mais diretamente político, seja a nível mais "filosófico", e acaba por descobrir que as coisas não são tão simples como dizem os manuais. Então, voltando ao relato sobre a minha leitura, comecei a ler **O silêncio dos vencidos**. Comecei e terminei. Algumas fontes eu conhecia, outras não. Dentre estas, algumas eu fui procurar. Tudo isso estou dizendo apenas para explicar que realmente tentei superar minha perplexidade em relação à proposta de De Decca. Mas não consegui. Gostaria de expor os pontos que continuam obscuros. Não é uma tarefa fácil, na medida em que tais pontos não estão isolados e compõem uma trama de trançado fino. Seria mais simples pegar uma ou outra passagem, e vociferar contra isso ou aquilo. Mas não adiantaria nada, e seria um diálogo de surdos. Por isso, mesmo que essa "resenha" corra o risco de se tornar maçante, tentarei colocar o que me parece incompreensível no livro.

Situando sua proposta, cito uma passagem do prefácio, de autoria de Marilena Chauí: "Edgard De Decca faz do insucesso político uma questão. Não o toma como fato, nem o constrói como idéia, mas busca o momento de sua produção no trabalho da luta de classe" (p. 12). Essa frase sintetiza bastante bem o propósito do autor. E coloca transversalmente um primeiro problema, que perpassa toda a Parte I do livro, "A Falência das Interpretações": o da relação discurso-poder. Antes, uma precaução: mesmo a expressão "relação discurso-poder" é uma abstração. A partir, ou dentro, de uma multiplicidade de níveis, de sujeitos, de "sentidos" atribuídos sempre multívocos, e em última análise singulares, a gente extrai (ou constrói) um termo, uma expressão que consiga, por algum tempo, carregar toda aquela indistinção inicial. E, assim, dizer "relação discurso-poder", como digo aqui, supõe, ou pelo menos deveria supor, uma espécie de acordo semântico mais ou menos tácito acerca do mundo de coisas que essa expressão sustenta, para evitar que a magia das palavras se autonomize em relação à multiplicidade de origem. Nesse ponto, creio que não há nenhuma discordância em relação ao propósito de De Decca. A discordância surge quando De Decca generaliza e coloca no mesmo saco (no caso, o saco é a produção de saber vinculada à "ordem dos vencedores") inúmeras tentativas, inúmeras realizações e iniciativas críticas no âmbito da produção discursiva, meio naquele gênero "antes de mim, o nada; depois de mim, o dilúvio". É claro que ele faz algumas ressalvas, que a gente tem que procurar cuidadosamente, mas a impressão geral é a de que toda a produção acadêmica, e mesmo não-acadêmica, mas intelectual em seu sentido mais amplo, anterior ao "questionamento de ponta a ponta" a que De Decca se propõe, estava deliberadamente condicionada e subordinada ao "dispositivo ideológico" que historicamente se montou no Brasil após o golpe de 64. Ressalta ele que não pretende desqualificar tal produção, mas acrescenta que mesmo a produção que resistiu criticamente subordinava a sua orientação a uma estratégia homogeneizadora e redutora

das diferenças entre os diversos vencidos em 64. São os intelectuais que, para ele, acabam por criar um mesmo campo de vencidos que anula as diferenças entre a classe operária e a intelectualidade. Não quero aqui defender a radicalização à la leninista, mais realista que o rei, que fez do voluntarismo a principal arma revolucionária nos piores tempos da ditadura. Glauber já o mostrou **ad nauseam**. Interessa antes questionar a generalização e a homogeneização que o próprio autor opera, ao tratar desse assunto. Assim, não me parece que dentro da produção acadêmica, e especificamente a historiográfica, o mito da neutralidade e da objetividade científicas sejam algo tão pacífico, cf. ele o afirma à p. 42. Atualmente, não o é, mas me parece que antes também não o era, pelo menos no período de funcionamento do chamado dispositivo ideológico pós-64. E quando a gente fala de "produção acadêmica" em geral, é claro que pode trazer como exemplo aquele tipo de historiografia que até hoje persiste em se acumular e criar bolor, e em alguns casos mais bem sucedidos, em servir para os usos mais imediatos possíveis. Mas não é disso que se trata. O que quero é chamar a atenção para o fato de que muita gente produziu coisa boa, e que não compulsar os diversos trabalhos efetuados, ou não indicar as fontes secundárias, leva, voluntariamente ou não, a uma generalização muito injusta. E aí as boas intenções do autor, que não se explicitaram concretamente na indicação de diversos esforços críticos bastante dolorosos, não valerão muito.

Outro exemplo da amplitude da proposta de De Decca, que a meu ver não se realiza, é o seguinte: ele pretende "superar e desmontar **uma das trincheiras mais recorrentes nos discursos de ordenação e interpretação do passado**". Pretendo discutir, aqui, a produção acadêmica sobre a Revolução de 1930" (grifo do autor). Após duas extensas citações sobre a relação entre discurso ideológico e discurso científico (Althusser), de um lado, e discurso ideológico e contradiscurso (Chauí), de outro, De Decca impressionantemente "discute a produção acadêmica sobre a Revolução de 1930" alinhavando em uma folha afirmações amplíssimas, que pulam do "sem nenhuma exceção", ao "exemplar", ao "incapaz", ao "bastante conhecido", "aceitando ou negando", etc. Quer dizer, sem muito cuidado na avaliação dos matizes, da multivocidade, das especificidades dessa produção, ele dá conta (supostamente) de um dos maiores problemas teóricos do historiador: a construção do objeto teórico (no "fato" da Revolução de 30, a revolução democrático-burguesa). O problema que vejo nesse tipo de procedimento não é tanto a ligeireza no trato. É antes a altissonância das intenções, que aí sim desserve a base da apresentação de sua própria questão, ou seja, o insucesso político, o "silêncio dos vencidos".

Outra coisa, essa já de caráter mais "teórico", é a relação entre construção do objeto teórico e realidade histórica. Isso é muito com-

plificado, e estou de acordo com De Decca na sua desconfiança frente a algumas propostas que constróem uma "realidade histórica a partir de operações intelectuais que pressupõem uma legibilidade plena do mundo. Ou seja, certo tipo de "realidade histórica" só existe a partir de operações mentais que tentam dar conta do real, e que acabam por dar "realidade" às abstrações e representações, autonomizando-as em relação ao ponto de partida concreto, isto é mais ou menos indiscutível para quem concorda com as clássicas críticas ao idealismo. Ao denunciar essa abstratização, a gente está denunciando a transformação de operações intelectuais em "fatos" e "realidade histórica" de um lado, e "temas" e "objetos" de outro. Estando assim resolvida a equação da história, restaria ao historiador produzir conhecimentos e preencher os buracos do saber. Até aí, tudo bem. Mas daí a jogar fora a criança junto com a água, vai um passo muito grande. Denunciar a redução é uma coisa. Já outra coisa, e muito diferente, é afirmar que não existe uma relação de determinação entre uma realidade pré-existente e o engendramento de relações históricas na base de representações simbólicas (p. 78). A gente pode argumentar que essa relação de determinação é extremamente complexa, matizadíssima, sutil, com efeitos de representação retrorativos, etc. etc. Mas misturar irredutibilidade do real ao conhecimento com incognoscibilidade de suas determinações históricas concretas me parece uma versão sofisticada daquelas concepções que vêem no campo simbólico empírico um entrelaçamento espacial imediatamente expressivo. Essa discussão é retomada mais ou menos nos mesmos termos ainda na Parte II do livro, "A Construção da Segunda Natureza e o Acaso da Política".

O que me parece contraditório ainda quanto ao problema da produção do saber historiográfico, na Parte I, é que, ao contrário do que irá formular mais adiante, De Decca parece nesta altura ainda crer que existe uma independência entre o Objeto-Revolução-de-30 e a questão mesma da revolução de trinta. Assim, diz ele que a Revolução de 30 aparece nas análises historiográficas (possivelmente, sem exceção alguma...) como "um corpo de representações que define por si mesmo os seus elementos constitutivos". Mesmo que déssemos o papel determinante que ele dá ao campo do imaginário na produção das relações históricas, seira ainda assim difícil esquecer que um "dispositivo ideológico" se instaura ao mesmo tempo em que a luta de classes se processa (usando o linguajar do autor) e que ele tem desdobramentos dentro da memória social posterior. Também essa problemática é retomada adiante por De Decca. Mas ele não analisa as relações mediatas de causação entre o chamado "dispositivo ideológico" instaurado pelos vencedores e a própria produção historiográfica posterior. Se tanto, analisa apenas as relações mais imediatas de influência e reprodução de um discurso ideológico, e não a complexificação da memória social, in-

cluindo aí a dos discursos oprimidos. É difícil crer que as operações intelectuais consigam se reproduzir utilizando um corpo de proposições e de representações sem nenhum vínculo com aquilo a que se propõem analisar.

Muitas questões se levantam durante a leitura de **O silêncio dos vencidos**. Mas a principal, a meu ver, é a questão da verdade, do sentido do processo histórico. Repito: De Decca, com muita acuidade, denuncia aquele tipo de raciocínio que crê desvelar a realidade, a partir das abstrações que ele próprio e/ou os grupos sociais em causa elaboraram. No entanto, sua pretensão não é menor: ao denunciar as "fantasmagorias", o mascaramento, o ocultamento da luta de classes através da dimensão simbólica elaborada pelos agentes sociais em luta (utilizando novamente seus termos), De Decca está pressupondo um lugar de desvelamento, de transparência. Está pressupondo um "sentido da história que não está definido a partir de nenhuma 'realidade' pré-existente". Ora, toda a atual problemática acerca do sentido da história situa-se exatamente aí: na multiplicidade de sentidos atribuídos, a qual só se torna compacta, "legível", a **posteriori**. A tarefa do historiador seria antes apontar as ciladas da produção posterior de um sentido atribuído à história, do que procurá-lo por trás das estratégias de ocultamento, dos dispositivos ideológicos, etc. Seria antes tentar detetar as estratégias de luta e de relação de forças sociais, do que desvelar um sentido por trás dos "fantasmas".

Para concluir, eu faria ainda mais duas observações. Uma delas: *surpreendeu-me a brevidade com que De Decca expõe e dá como resolvida a fundamental polêmica entre Rosa Luxemburgo e Lênin acerca do caráter da revolução burguesa, nos seus nexos com a questão democrática e a questão agrária. Surpreendeu-me em primeiro lugar porque esta é uma polêmica de enorme extensão e complexidade, que não se reduz nem aos poucos textos, parcamente referenciados no livro de De Decca. Em segundo lugar, porque as questões democrática e agrária estão na base de todas as discussões e iniciativas políticas que atualmente se dão com maior intensidade na sociedade brasileira, e assim sendo é de se estranhar que o autor não tenha conseguido, a partir de um momento histórico concreto, apontar a densidade que tais questões adquirem no enfrentamento dos diversos grupos sociais, dentro de uma perspectiva mais ampla.*

A segunda observação final diz respeito à disparidade entre a envergadura da proposta teórica do autor e a escassa fundamentação concreta de seus princípios gerais. Como a consulta a fontes, sejam primárias ou secundárias, parece se constituir para De Decca mais um elemento silenciador dos vencidos (sic), ele prefere traçar paralelos abstratos entre formulações bem datadas (no caso, as diferen-

tes estratégias e alianças políticas de Lênin e de Luxemburgo a partir de suas diferentes concepções acerca da revolução burguesa) e lutas particulares desenvolvidas por sujeitos coletivos, partidos e tendências no Brasil dos anos 20. Talvez seja esse um dos motivos que justificam o discurso um tanto repetitivo, o jargão um tanto "esotérico" e auto-explicativo que caracterizam as duzentas páginas de **O silêncio dos vencidos**.

Resta saber até que ponto sua proposta cumprirá seu **leit-motiv** e, em conjunto com os estrategas de nenhuma verdade, acompanhará o fazer-história dos vencidos.

Denise Bottmann

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 2.^ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 341 p.

Antonio Gramsci (1891-1937), sardo, passou onze anos de sua vida nos cárceres italianos, onde faleceu, vítima do fascismo. Líder comunista, um dos principais teóricos marxistas, seu pensamento imprimiu grande parte da orientação do Partido Comunista Italiano (o qual ajudou a fundar em 1921, tornando-se seu secretário-geral em 1924), fornecendo-lhe inúmeros elementos teórico-práticos que definiriam seu corte original frente aos outros PCs europeus. O PCI entrara na clandestinidade em 1922, e com a ascensão do fascismo e de Benito Mussolini, desde 1924 a perseguição a Gramsci (então deputado) e a outros militantes da oposição se faz encarniçadamente, até culminar na prisão de diversos opositores do regime, em 1926, concomitante à consolidação de Mussolini como ditador.

A obra jovem de Gramsci (da época da intensa participação política, inicialmente vinculada ao sindicalismo e posteriormente a organizações partidárias) compõe-se de artigos para jornais e revistas (**Scritti-Giovanili, Avanti!, L'Ordine Nuovo**). Da data de sua prisão até o ano de sua morte, Gramsci manteve correspondência ininterrupta, embora restrita e censurada, com a família e amigos. Do acervo que se conseguiu recompor, resultaram respectivamente os **Escritos Políticos** e as **Cartas do Cárcere**. Mas sua principal contribuição, e a mais difundida, corresponde ao trabalho efetuado durante seis anos da sua reclusão. Pois, preso em 1926, Gramsci só conseguiu, e a duras penas, organizar uma sistemática de estudos a partir de 1929, que manteve até 1935, quando, profundamente debilitado, começou a morrer ao poucos. Deste período (1929-1935) resultaram trinta e dois cadernos de anotações, depois enfeixados e publicados pela Einaudi como os **Cadernos do Cárcere**.

Tais **Cadernos**, embora fragmentários e sem unidade de composição, é que permitem dimensionar o grau de independência e sin-

gularidade que Gramsci atingiu como comunista e como intelectual. Neles ficam expressos os principais conceitos que o pensamento marxista gradativamente iria incorporando à sua práxis, tais como de **hegemonia, bloco histórico, guerra de movimento e guerra de posição, cultura nacional-popular, sociedade civil** (em Gramsci, com acepção diversa da de Hegel), além da concepção do marxismo como "filosofia total", uma **Weltanschauung** global e dinâmica. Outra contribuição básica do seu pensamento, muitas vezes mal compreendida, refere-se à noção do historicismo como essência, ou melhor, sentido do real.

É de se considerar que sua obra, elaborada sob condições muito específicas (fascismo, reclusão), só começou a ser avaliada mais cuidadosamente após o período de desestalinização e revisão crítica do dogmatismo.

Os **Cadernos**, para fins de publicação, foram organizados de acordo com os assuntos e publicados em seis volumes: **Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce** (ao qual corresponde, na edição brasileira, a **Concepção Dialética da História**), **Gli Intellettuali e l'Organizzazione della Cultura**, **Il Risorgimento**, **Letteratura e Vita Nazionale**, **Note sul Machiavelli**, **Passato e Presente**.

A **Concepção Dialética da História** compõe-se de anotações, algumas mais, outras menos desenvolvidas, todas levantando questões, apontando rumos, sugerindo temas de estudo e formas de atuação. Difícil selecionar seus principais aspectos: sua obra é de fôlego largo. A que tema abordado se ater? Ao método científico, à discussão entre história e anti-história, à validade da linguagem através dos tempos, à filosofia e sua função no mundo, à crítica a Bukárin ou a Croce?

O que tem mais força, o que mais se evidencia ao longo da leitura é a insistência (na maior parte das vezes, implícita, fio condutor) na historicidade do mundo. Todas as suas colocações recebem um peso inconfundível a partir desse pressuposto.

Assim temos: o homem em geral, essa categoria abstrata, não existe. O que existe são homens em sociedade, e mais, homens vivendo numa determinada sociedade, em processo. São homens historicamente determinados. Apenas historicamente determinados? A história, o "processo histórico" é uma entidade em si, que modela os homens e os arrasta em seu movimento? A história é mecânica, mecanicista? Ou a visão mecanicista da história é que é um produto ideológico histórico? O que é a história? Ela determina? Mas quem é ela? "Ela", a história, significa o movimento de transformação, nem divino nem autopropulsor, efetuado pelos homens, em seu tempo e conforme suas condições objetivas.

Mas a afirmação "a história é o processo de transformação efetuada pelos homens, etc.", à primeira vista bastante simples, logo se mostra bem mais rica. Pois aí se colocam inevitavelmente as nossas grandes questões: o quê, como e para que fazer. Sim, fazer. Para quê? O problema de nosso estar no mundo. Como fazer? O problema de compreender o sentido desse estar no mundo — pois se a nós nos cabe o nosso tempo (o que afinal não é tão simples assim), uma apreensão racional, histórico-crítica, desse tempo é a condição indispensável para qualquer posicionamento efetivo (ou eficaz). O esforço de nos entendermos, e ao mundo, ao mesmo tempo que nos permite elaborar uma ação adequada à realidade, expressa a possibilidade de eficácia de nossa ação, isto é, criticamente adequada à realidade, nossa ação pode transformá-la. O reconhecimento nosso como "produto histórico" é simultâneo ao reconhecimento nosso como "produtores históricos". Assim como a história não existe como entidade (abstrata), não existe também o homem historicamente determinado senão enquanto igualmente determinante. Somos presente vindo de um passado, mas indissoluvelmente ligados a uma projeção futura. Trata-se de conseguirmos nos situar conscientemente nesse ponto dinâmico, onde se inscreve a nossa área de ação, que é o presente, como totalidade integradora e projetora de história. O "o que fazer" se define continuamente nessa tomada de consciência, torna-se a seqüência responsável, exercendo-se na esfera mais concreta de ação: a práxis (política). A mediação fundamental entre indivíduo e sociedade, entre subjetivo e objetivo, torna visível a nós nossa condição de integrantes e transformadores da realidade.

A **Concepção** oferece como cerne, como parte sólida e resistente, a questão concreta, concretíssima, vital: fazer história, participar do processo histórico. A resposta, ou melhor, as pistas não são produto de elucubrações lógico-formais: são racionais, de uma racionalidade tributária da nossa presença e da nossa tomada de consciência no mundo.

Por uma ou outra via, tem-se habituado a considerar Gramsci como um "teórico das superestruturas", como um "culturalista". Mas se ele dá enorme ênfase ao papel das ideologias e das concepções de mundo, é por considerá-las os aspectos mais elaborados ("cartárticos") de uma organização social, a partir dos quais se exerce a prática política, seja reacionária ou revolucionária. Em suma, os homens só podem tomar consciência das contradições estruturais, de ordem econômica, nas formas superestruturais que as expressam e as reproduzem (Estado, instituições em geral, ideologias).

Há, é visível que há, vários "usos de Gramsci" — alguns mais oportunistas, outros mais críticos. Mas, se a prática política é o ponto onde as concepções do mundo (e aqui, no caso, a **Concepção Dialética da História**) expressam a sua verdadeira adequação crítica à

realidade, é de se esperar que os obstáculos diversos que dificultam a compreensão efetiva de sua obra sejam transitórios.

Denise Bottmann

MARTINS. José de Souza. **Expropriação & violência**; a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980, 181 p.

A questão da terra está na ordem do dia no Brasil, tanto no nível teórico, onde multiplicam-se interpretações da presença do capitalismo no campo, quanto no nível prático, onde aumenta o número dos conflitos pela posse da terra e crescem a resistência e a organização dos trabalhadores rurais.

Para se entender o trabalho de José de Souza Martins, sociólogo marxista, professor na Universidade de São Paulo e coordenador nacional da Pastoral da Terra, uma questão essencial deve ser considerada: a do reconhecimento que crítica envolve compromisso. É duvidosa, para o autor, a produção crítica de quem assume a postura intelectual de criticar sem compromisso. Assim, o trabalho de José de Souza Martins é um trabalho engajado, essencialmente crítico e coerente ideologicamente.

Expropriação & Violência: a questão política no campo, é uma coletânea de 11 artigos, surgidos em diferentes circunstâncias, produzidos basicamente para localizar e situar problemas do campo brasileiro.

Concededor de situações concretas do campo brasileiro, o autor defende que "a lógica do oprimido" tenha lugar no mundo da reflexão científica. Isto porque é comum ao pesquisador construir sua interpretação segundo uma lógica que não tem nada a ver com aquilo que está sendo vivido e interpretado pelo próprio oprimido. Todos querem ser a voz do oprimido, diz o autor, esquecendo-se que o oprimido pode e deve ser a voz dele mesmo. Cabe apenas ao investigador "ficar atento para ouvi-la e entendê-la".

Parte o autor do princípio de que o problema da posse da terra é um problema de resistência à expansão capitalista, sendo, portanto, um problema de ordem política. Em outras palavras, a tese do esgotamento das fronteiras agrícolas se legitima apenas em função da preservação do direito de propriedade da classe dominante. Sem contar que a política de incentivos fiscais aguça o interesse da grande empresa pela terra.

Há ainda a agravante de que a grande propriedade no Brasil tradicionalmente não tem interesse na produção de alimentos para o mercado interno. O grande fazendeiro prefere exportar, estimulado pela política de incentivos do governo. Assim, afirma o au-

tor, "a política de incentivos desvia dinheiro público para uso privado", o que denuncia "o Estado brasileiro como um Estado de classe".

Outra tese importante de José de Souza Martins é a de que a Lei de Terras instituiu no Brasil "o cativo da terra". No processo da substituição do trabalho escravo, a nova forma de propriedade da terra desempenhou um papel fundamental como preservação da ordem social e política baseada na economia colonial, de dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários. O homem que quisesse tornar-se proprietário de terra teria que comprá-la e sendo imigrante pobre teria que trabalhar previamente para o grande fazendeiro. Se naquela época a propriedade da terra criava o expropriado e trabalhador ao mesmo tempo, hoje esse processo não ocorre. Hoje vemos o monopólio de classe sobre a terra criando o expropriado, mas não criando na mesma proporção emprego que o absorva na condição de trabalhador assalariado.

A expropriação maciça não faz crescer o número de assalariados no campo, mas expulsa o trabalhador para a cidade, ou melhor, para ficar desempregado na cidade, engrossando o **exército industrial de reserva**.

Não obstante as lutas do trabalhador rural e do urbano serem determinadas por um único processo — reprodução ampliada do capital —, são lutas que expressam situações distintas e dão respostas distintas ao mesmo adversário. No campo, o trabalhador luta contra a expropriação da terra, na cidade contra a sua exploração.

A luta no campo é muito prática e pouco ideológica, o caso inverso ocorre na luta urbana. É justamente dessa constatação das diferenças entre campo e cidade, afirma o autor, que deve partir a questão da reforma agrária, sem dúvida o ponto nevrálgico do livro. A reforma agrária, ao contrário de como tem sido historicamente abordada no Brasil, deve partir do campo e não da visão que a cidade tem do campo. É um grave erro generalizarem-se os problemas e as respostas políticas do campo. A luta no campo é uma luta diversificada que pode defender tanto uma reforma agrária distributiva, do tipo burguesa, que visa apenas ao aumento da produtividade, como uma reforma coletivista, que altera o regime de propriedade, obstaculizando a concentração fundiária. Os índios no Brasil lutam hoje pelo reconhecimento do regime comunitário de propriedade, bem como os posseiros espalhados no Brasil estão lutando "pelo reconhecimento de que a terra é um bem coletivo, sujeito ao trabalho privado, mas não à propriedade privada".

Reconhecendo que nem sempre a bandeira da reforma agrária tem sido uma bandeira popular, com objetivo de resolver os pro-

blemas da maioria oprimida, o autor apresenta sugestões concretas para uma urgente reformulação do nosso regime de propriedade fundiária:

1 — Modificação drástica no regime de propriedade. Já não se trata mais de simplesmente distribuir terras, mas evitar a proliferação do expropriado, "mediante o reconhecimento da superioridade social e ética do regime de posse praticado pelos posseiros";

2 — Fim da política de incentivos fiscais;

3 — Alteração da base sindical, com a criação de distritos trabalhistas que levem o sindicato para bem perto do trabalhador rural.

Como se pode ver, não se trata de mais uma interpretação teórica dos problemas do campo brasileiro, mas de uma proposta prática discutida imediatamente com os próprios interessados, na urgência das indagações ansiosas dessa população oprimida que de geração em geração vem sentindo na carne as violências mais fundamentais da sociedade brasileira.

Maria Cristina Colnaghi

PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981. 235 p.

Esta obra foi originalmente apresentada como tese de doutoramento à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1970. É o resultado de uma intensa pesquisa de campo em todo o Estado do Paraná, acompanhada de um exaustivo levantamento de fontes, primárias e secundárias, que permitiram ao autor reconstituir a história da economia paranaense, desde as primeiras décadas deste século até 1970, quando o estudo foi concluído.

Preocupado com os obstáculos que se apresentam ao desenvolvimento econômico das áreas periféricas e dependentes dos centros mais dinâmicos do país e os conseqüentes desequilíbrios regionais, Pedro Calil Padis analisa o caso paranaense dentro de uma perspectiva teórica bastante difundida na década de 60, a da Teoria da Dependência. Esta preocupação com a relação centro/periferia situa o autor como um economista cepalino, mais especificamente, um seguidor de Celso Furtado.

Isto tudo o conduz a um enfoque metodológico que vê a dinâmica interna do processo histórico paranaense sendo determinada por uma dinâmica externa a esse processo, caracterizando assim a economia paranaense como uma economia periférica.

Toda a atividade que caracteriza um ciclo econômico deve atender a uma demanda externa, que acentua tanto a divisão internacional de trabalho quanto a relação das regiões periféricas com as regiões mais desenvolvidas. Com efeito, o principal instrumento de análise utilizado por Padis são os ciclos econômicos que caracterizariam a história econômica paranaense.

Para demonstrar as variáveis que possam ter influenciado o desenvolvimento econômico do Paraná como um todo, o autor faz uma descrição fisiográfica do Estado em diversas épocas e regiões. A cada uma dessas regiões corresponde um subsistema econômico diferente, praticamente sem manterem relações entre si. O norte do Estado é visto como um prolongamento da economia paulista; o chamado Paraná tradicional é de ocupação mais antiga e genuinamente paranaense; e, por fim, a região sudoeste, povoada em consequência dos problemas que atingiram o Rio Grande do Sul, foi a este Estado vinculada.

A partir daí, Padis constata que o Paraná se formou historicamente em períodos diferentes com ciclos econômicos distintos e não relacionados entre si: tropeirismo, mate, madeira, café e soja. Assim, estes ciclos econômicos não apresentam continuidade. É, segundo o autor, nesta descontinuidade entre os ciclos da economia paranaense, que se comprova a contínua relação de dependência e a condição de economia periférica experimentada pelo Paraná ao longo de sua história.

Foi na dependência, primeiro do exterior, depois de São Paulo, que o autor encontrou as razões para o tipo de desenvolvimento havido no Paraná. Assim, a expansão econômica paranaense, notadamente o café, subsidiou o desenvolvimento industrial paulista, tanto pela remessa de lucros ao local de origem do capital, como da absorção de juros e da poupança paranaense, via estabelecimentos de crédito paulistas situados no Paraná.

A solução proposta pelo autor seria a de se adotar uma política de desenvolvimento nacional com vistas a diminuir as desigualdades regionais, formando novos pólos capazes de gerar e sustentar o desenvolvimento econômico nacional, notadamente o incentivo à criação de indústrias.

Sem dúvida, esta é uma proposta desenvolvimentista, tão cara aos teóricos cepalinos que vêem na industrialização a solução para as regiões periféricas. A experiência recente tem demonstrado que desenvolvimento industrial não soluciona os problemas sociais da má distribuição de renda.

O privilegiamento do setor externo, como faz Padis, mascara a dinâmica interna do processo histórico paranaense. Não há como negar a importância dos ciclos econômicos na história paranaense. O que não se concorda é com esta visão economista que maximiza a sua importância. Só assim, acredita-se possível analisar a economia paranaense de dentro para fora, a partir de sua dinâmica interna.

Não se pode esquecer que entre a concepção e a publicação deste trabalho de Padis há a defasagem de uma década. Década esta onde muitos mitos foram derrubados, notadamente o do "milagre econômico". O próprio autor tinha consciência da necessidade de rever sua tese antes de publicá-la. Infelizmente não lhe foi possível tal revisão.

Mesmo assim, a sua obra oferece subsídios necessários para a compreensão da história econômica paranaense. Sua posição é perfeitamente coerente com a perspectiva teórica adotada e, mesmo que esta seja criticável, não desmerece o valor da obra como um todo.

Angela Cecatto Pires
Maria Cristina Colnaghi

NOTÍCIAS DA APAH

PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA NO 1.º ENCONTRO DE PROFESSORES DE CURITIBA — 15 A 17 DE JUNHO DE 1981

Convidada pela Associação do Magistério Municipal de Curitiba para um painel sobre o ensino da História — dentro do tema geral do Encontro, "A Educação Pública Hoje" —, a APAH não poderia deixar passar tão boa oportunidade de iniciar um contato mais sistemático com os professores de História e de Estudos Sociais, e de discutir com eles os problemas vividos por todos aqueles ligados à História.

O painel constou de três partes, interligadas pela intenção de colocar alguns pontos básicos sobre a situação atual da nossa disciplina, pontos que provocassem uma reflexão sobre a atitude do professor de História face aos problemas enfrentados por todos aqueles que realmente se preocupam com a educação nos dias de hoje.

A primeira parte, "História: Ciência e Ensino", ficou a cargo do presidente da APAH, professor Sergio O. Nadalin, que esclareceu os motivos que levaram a APAH a participar daquele Encontro. Levantar algumas questões acerca da problemática do ensino da História no primeiro grau; sugerir uma auto-avaliação dos docentes quanto aos procedimentos em sala de aula; desmistificar, sempre que aparecer a oportunidade, o aspecto fático, simplista, linear e comemorativo adotado para a nossa disciplina pela maioria dos professores de História no primeiro grau. A APAH também se coloca, em todas as ocasiões, em defesa dos interesses dos profissionais da História. Finalmente, a integração entre a comunidade e a universidade, entre os professores e os pesquisadores, entre estudantes e demais interessados no desenvolvimento da ciência histórica, é um dos objetivos estatutários da nossa Associação.

Dentro da sua exposição, o professor Sergio enfocou as atitudes do profissional da História com relação a seus objetos e métodos de trabalho, levando ao professor do ensino de primeiro grau algumas informações sobre as novas concepções de História e de ensino da História, dentro de um campo mais abrangente, qual seja o das ciências sociais.

A seguir, o associado Antônio Simão Neto abordou a problemática dos "Estudos Sociais". A licenciatura curta como um dos grandes males trazidos por uma concepção deformada das ciências humanas; as dificuldades do profissional quanto ao mercado de trabalho e as deficiências da formação de professores e alunos causadas pelos "estu-

dos sociais" foram os temas principais dessa segunda parte de nosso painel sobre o ensino da História. E nada poderia afrontar mais aos educadores conscientes, preocupados com a melhoria do ensino em todo nosso país, que o espantinho dos "estudos sociais", feito com retalhos de diversas ciências humanas, retalhadas pela tesoura de uns poucos burocratas da educação, que combatem as ciências sociais em nome da tecnização do ensino e da sociedade.

Encerrando a participação da APAH naquele Encontro, a associada Marionilde Dias Brepohl levou aos professores da rede municipal de ensino um informativo sobre "A Pesquisa da História, Hoje". A falsa dicotomia existente entre ensino e pesquisa em nosso país provoca um distanciamento do professor em relação às atividades de pesquisa, com profundas conseqüências no processo educativo. Por isso a insistência da APAH em ressaltar a necessidade de manutenção do contato entre os docentes que deixam a universidade e as poucas instituições ou pessoas que se ocupam da pesquisa histórica em nosso país. Após a conclusão de seus estudos, a maioria dos professores do ensino médio isola-se de tal maneira das novas idéias, dos novos métodos e conceitos, que acaba cristalizando as concepções que tinha na época da sua formatura. Por mais corretas que essas concepções possam parecer ao professor, elas devem ser sempre discutidas e atualizadas, o que não pode ser feito se o vínculo com a pesquisa é definitivamente rompido com a saída da universidade. Por outro lado, as mais modernas pesquisas e teses sobre a história, feitas na universidade, por universitários, não têm conseqüências mais sérias se não são transmitidas para o ensino básico, se não são divulgadas entre professores e alunos de primeiro e segundo graus. Infelizmente, é isso que acontece, e por isso existe tamanha defasagem entre o que se produz em termos de História e o que se continua ensinando aos nossos jovens pelas escolas desse país.

Podemos afirmar que a participação da APAH no 1.º Encontro de professores de Curitiba foi muito proveitosa, tanto para nossa Associação, quanto para aqueles professores presentes que se interessaram e contribuíram com perguntas e comentários. Esperamos sinceramente que novas oportunidades surjam, e que o trabalho de integração entre professores e estudantes de todos os níveis tenha continuidade, para que possa surtir resultados — que sem dúvida refletirão na melhoria do nível de ensino da História.

Antonio Simão Neto

I SEMANA DE CINEMA E HISTÓRIA DO PARANÁ

De 19 a 23 de outubro de 1981 foi realizada a I Semana de Cinema e História, promoção conjunta da Associação Paranaense de História - APAH, e da Fundação Cultural de Curitiba - FCC, através

NAC, que cedeu o auditório para sua realização.

Durante cinco dias, quatro temas foram abordados, entre palestras, debates e filmes.

Dia 19 — "O cinema como fonte histórica" — Jean Claude Bernardet

Dia 20 — "O Contestado no cinema" — Ruy Wachowicz e Valêncio Xavier

Dia 21 — "O Contestado no cinema" — Sílvio Back

Dia 22 — "História política e cinema" — Sílvio Tandler e Valêncio Xavier

Dia 23 — "A Revolução de 1930 no Paraná" — Clara Kano Salmon, Luiz Carlos Tourinho e Brasil Pinheiro Machado.

Contando aproximadamente 70 assistentes diários, a Semana preocupou-se em levantar as inúmeras possibilidades de utilização do cinema como fonte histórica, com métodos de uso próprios e uma riqueza de informações ainda pouco explorada.

Juntamente a cada palestra, um ou mais filmes foram exibidos, a maioria deles do acervo da Cinemateca do Museu Guido Viaro. Na terça-feira, sob o tema do Contestado, foram assistidos curtas e médias metragens sobre a "companhia Lumber", "A partida do 19.º Regimento, do Coronel João Gualberto" e um vídeo-tape de Valêncio Xavier, sobre o Monge da Lapa.

Na quarta-feira passou-se o longa-metragem "A Guerra dos Pelados", de Sílvio Back, seguido de palestra do autor sobre o tema e a problemática da época da realização do filme (1970).

Na quinta-feira, após a palestra de Sílvio Tandler — autor de "Os Anos JK - Uma trajetória política." — foram exibidos trechos de filmes recuperados pela Cinemateca, sobre o nazismo e o integralismo no sul do Brasil, o filme "Os Libertários", do cineasta Lauro Escorel, documentários do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, e finalmente um filme curta-metragem, produzido pela "Aliança para o Progresso", com mensagem anti-comunista, através de samba.

Na sexta-feira, foi a vez do filme "Pátria Redimida", de J. B. Groff, de exaltação da Revolução de 1930.

Os certificados de participação foram expedidos pela Fundação Cultural de Curitiba, para aqueles que compareceram a pelo menos quatro das cinco sessões.

Ao término da I Semana de Cinema de História, novos temas e idéias ficaram no ar, justamente se pensando na realização da II Semana, em outubro de 1982.

Roseli Boschilia

Renato Carneiro Jr.

História: questões & debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º) — ser inédita;
- 2.º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º) — trazer, quando elaborado sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapé e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte devidamente numeradas, com título claro, assinalando, no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a Impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseie. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam as normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisa em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

